

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE HUMANIDADE, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE (IHCEC)
CURSO DE HISTÓRIA

BRUNA FATURI

**GUAPORÉ EM DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR ATRAVÉS DAS
FOTOGRAFIAS (1910-1945)**

Passo Fundo – RS

2024

BRUNA FATURI

**GUAPORÉ EM DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR ATRAVÉS DAS
FOTOGRAFIAS (1910-1945)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Profa. Dra. Jacqueline Ahlert

Passo Fundo – RS

2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão às seguintes pessoas e instituições que tornaram possível a conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso:

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora Profa. Dra. Jacqueline Ahlert, por sua orientação, apoio e valiosos insights ao longo de todo o processo de pesquisa e escrita deste trabalho. Sua orientação foi fundamental para o meu crescimento acadêmico e profissional.

A minha família, expresso minha profunda gratidão pelo seu constante apoio, encorajamento e compreensão durante os momentos desafiadores deste percurso. Seu apoio incondicional foi a âncora que me sustentou em todos os momentos.

Agradeço também aos meus amigos e colegas de classe, que estiveram ao meu lado durante esta jornada acadêmica. Suas trocas de ideias, debates e apoio mútuo foram fontes de inspiração e motivação para mim, em especial Aline Carraro, Paola Moara Batistel, Elias de Marco de Carli, Jean Bender e Paula Didominico Falenski.

A Universidade de Passo Fundo por fornecer os recursos necessários para a realização deste estudo e por criar um ambiente propício ao aprendizado e à pesquisa.

A todos os mencionados e aqueles que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, o meu mais profundo agradecimento. Este trabalho não seria possível sem o apoio e o incentivo de cada um de vocês.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Decreto Estadual nº 294-A.....	22
Figura 2 – Decreto da Emancipação de Guaporé	23
Figura 3 – Planta da Sede do núcleo colonial de Guaporé, foto datada de 1910	25
Figura 4 – Colégio Scalabrini, foto datada de 1940	43
Figura 5 – Colégio Scalabrini, foto datada de 1939	44
Figura 6 – Hospital Municipal Manoel Francisco Guerreiro, foto datada de 1943.....	46
Figura 7 – Primeira configuração do prédio da Intendência, na foto ainda sem o relógio, construída na década de 20 (1923-24).....	48
Figura 8 – Prédio da Intendência na década de 30, onde aparece além do relógio na torre, os “leões de chácara”	48
Figura 9 – Fundos da Intendência da década de 30, destacando-se os portões que abrigavam a antiga cadeia	49
Figura 10 – Banco Pelotense, atual SESI, foto datada de 1928	50
Figura 11 – Banco Pelotense, atual SESI, foto datada de 1942	51
Figura 12 – Mabi Industrial Madeireira Ltda, foto datada de 1940	52
Figura 13 – Mabi Industrial Madeireira Ltda, foto datada de 1940	53
Figura 14 – Curtume Gusporense, foto datada de 1919	55
Figura 15 – Curtume Gusporense, foto datada de 1924	55
Figura 16 – Curtume Gusporense, foto datada de 1924	56
Figura 17 – Banco Popular do Rio Grande do Sul, foto datada final de 1920	58
Figura 18 – Seminário São Carlos, foto -datada de 1939	60
Figura 19 – Igreja Matriz Santo Antônio de Guaporé, datada de 1920.....	63
Figura 20 – Igreja Matriz Santo Antônio de Guaporé, datada de 1938.....	64
Figura 21 – Malaria Guaporense Ltda, datada de 1942.....	65
Figura 22 – Rua 12 de Outubro, a 100 metros da praça central, datada de 1938.....	68
Figura 23 – Rua 12 de Outubro ao começo da mesma, datada de 1939.....	68
Figura 24 – Esquina oeste da praça, datada de 1940	69
Figura 25 – Cine Éden- datada de 1942	70
Figura 26 – Interior do Cine Éden, datada de 1945.....	71
Figura 27 – Praça Vespasiano Correa de Guaporé, datada de 1945.....	71
Figura 28 – Praça Vespasiano Corrêa, datada de 1910	73
Figura 29 – Praça Vespasiano Corrêa, datada de 1940	74
Figura 30 – Quiosque da Praça Central, datada de 1910.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 IDENTIDADE DA CULTURA ITALIANA E ALEMÃ NO BRASIL: IMIGRAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO	13
1.1 CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA VINDA DOS ALEMÃES E ITALIANOS PARA O BRASIL: A UNIFICAÇÃO COMO MOTIVO EM COMUM PARA O INÍCIO DA IMIGRAÇÃO	14
1.2 O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DOS ITALIANOS E ALEMÃES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	16
1.3 A CULTURA GUAPORENSE COMO OS ITALIANOS E ALEMÃES SE ESTABELECEM NA CIDADE DE GUAPORÉ.....	19
1.4 PLANTA BAIXA DA CIDADE DE GUAPORÉ-1910	24
1.5 DA MATA A COLÔNIA, DA INDÚSTRIA A CIDADE	27
2 A FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA.....	29
2.1 CULTURA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA	29
2.2 DIFERENÇA ENTRE MEMÓRIA E LEMBRANÇA A PARTIR DA ANÁLISE FOTOGRÁFICA	32
2.3 POSSIBILIDADE DE RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DA FOTOGRAFIA.....	34
3 GUAPORÉ EM FOTOGRAFIAS: REGISTRO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL E FONTE HISTÓRICA	38
3.1 COLÉGIO SCALABRINI.....	42
3.2 HOSPITAL MUNICIPAL DE GUAPORÉ	45
3.3 PREFEITURA DE GUAPORÉ.....	46
3.4 BANCO PELOTENSE.....	49
3.5 MABI INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA	51
3.6 CURTUME GUAPORENSE	53
3.7 BANCO POPULAR DO RIO GRANDE DO SUL	56
3.8 SEMINÁRIO SÃO CARLOS	58
3.9 IGREJA MATRIZ SANTO ANTÔNIO DE GUAPORÉ	60
3.10 MALTARIA GUAPORENSE LTDA	64
3.11 RUA 12 DE OUTUBRO	66
3.12 SÍTIO HISTÓRICO DE GUAPORÉ	72

3.13 O QUIOSQUE DA PRAÇA.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
FONTES	79
REFERÊNCIAS	80

INTRODUÇÃO

A fotografia surgiu no século XIX, mais precisamente no ano de 1822, com Joseph Nicéphore Niépce¹. Entretanto, a data considerada oficial é o ano de 1839, a partir do aprimoramento da técnica por Louis Jacques Mande Daguerre². A partir daquele momento, várias descobertas a respeito dos registros fotográficos passaram a ser de domínio público de conhecimento e, conseqüentemente, resultados positivos e investigações específicas foram moldando, aos poucos, as técnicas conhecidas hodiernamente no cenário da fotografia.

Durante longo tempo, no entanto, o documento escrito foi priorizado como a fonte mais importante em comparação aos outros exemplos. Essa preferência por texto perpassariam as primeiras décadas do século XX, até que Marc Bloch e Lucien Febvre³ ampliassem a noção de documentos, postularam ainda que a ausência de registros escritos não poderia significar a falta de possibilidade de escrita da História. Segundo Le Goff (1990), tudo o que está relacionado ao homem pode ser utilizado como documento/monumento para a fonte da História.

Nesse contexto, as novas abordagens documentais passam a valorizar, também, a fotografia como fonte histórica. No entanto, não é só o conteúdo da imagem, em si, que é levado em consideração, mas a forma e o contexto no qual a fotografia foi produzida. Dessa forma, o entendimento a respeito das mudanças culturais, da natureza, da urbanização e assim por diante, podem ser avaliados a partir de registros históricos fotográficos produzidos em diferentes momentos no desenvolvimento de uma cidade:

Essas novas abordagens valorizam duplamente a fotografia porque dão ênfase não somente aos temas que nela aparecem retratados, mas à forma como esses temas são constituídos. Assim, os atributos técnicos e formais da imagem fotográfica assumem um papel relevante no entendimento de questões ligadas à noção de natureza, cidade, progresso, modernidade, infância, indivíduo, identidade, apenas para citar aqueles temas mais recorrentes (Carvalho; Filippi; Lima, 2002, p. 11).

¹ Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) foi um inventor francês considerado um dos precursores da fotografia. Em 1826, produziu a primeira fotografia permanente conhecida, intitulada "Vista da Janela em Le Gras", utilizando um processo chamado heliografia, que empregava uma placa de estanho coberta com betume da Judeia. Seu trabalho foi pioneiro e se distribuiu como bases para o desenvolvimento da fotografia moderna.

² O daguerreótipo é um equipamento responsável pela produção de uma imagem fotográfica sem negativo. A técnica foi desenvolvida em 1837, por Louis Jacques Mandé Daguerre, mas foi apresentado publicamente em 1839, mesmo ano em que o governo francês declarou o invento como domínio público.

³ Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) foram historiadores franceses e cofundadores da Escola dos Annales, uma abordagem historiográfica que priorizou o estudo das estruturas sociais e econômicas, buscando compreender a história através de longos períodos e contextos amplos, ao invés de se concentrar apenas em eventos políticos e figuras individuais. Eles inovaram ao integrar outras disciplinas, como a geografia, a sociologia e a antropologia, ao estudo histórico, influenciando profundamente a historiografia do século XX.

No Brasil, os primeiros trabalhos sobre História e fotografia surgiram apenas nos anos 1970. Além disso, os primeiros estudos realizados contaram com o protagonismo de Boris Kossoy, em 1978, e se dedicavam às fotografias produzidas por Militão Augusto de Azevedo⁴ acerca da cidade de São Paulo/SP. Naquele período, começavam a ser reorganizadas as primeiras coleções públicas e privadas de fotografia no país, mediante à necessidade de se valorizar e preservar esses acervos fotográficos.

A fotografia, assim como quadros e pinturas, se encaixa em uma categoria de registro histórico chamada de representação pictórica, a qual se constitui em uma linguagem de diálogo baseada em gráficos, tabelas, desenhos e outras formas de representação visual. É uma técnica de fontes historiográficas que revelam a observação cuidadosa dos fatos sociais e culturais em diferentes épocas, fazendo com que o material fotográfico compreenda as mudanças temporais pelas quais passou durante cada etapa de aprimoramento.

Fotografar é relatar o mundo por meio de palavras ocultas em um discurso da linguagem imagética. A partir dessa premissa, é possível que se levante uma hipótese a respeito de quão profundas podem ser as reflexões a respeito do desenvolvimento de uma pequena cidade analisadas a partir de fotografias tiradas ao longo do tempo.

Esse trabalho tem como principal objetivo, compreender o período de desenvolvimento urbano da cidade de Guaporé- RS, entre os anos de 1910-1945 através das fotografias. Além disso, busca-se destacar a importância da fotografia como uso da fonte histórica, uma vez que serão utilizadas amostras imagéticas.

Esse estudo se deu pela necessidade de mostrar que assim como os documentos escritos tem a sua devida importância, e são marcadores temporais relatando acontecimentos, a fotografia também pode e é utilizada como documento histórico, revelando conceitos visíveis as vezes até mais concretos que o escrito.

Esta pesquisa está dividida em duas partes. A primeira se dá por uma pesquisa bibliográfica de fontes secundárias. A segunda, foi a análise das fotografias do Museu Municipal de Guaporé-RS, o qual conta com uma disponibilidade de mais de 100 fotos datadas e devidamente preservadas. Juntamente com as fotografias, contamos com uma ficha descritiva

⁴ Militão Augusto de Azevedo (1837-1905) foi um fotógrafo e artista brasileiro, reconhecido como um dos pioneiros da fotografia no Brasil. Natural do Rio de Janeiro, mudou-se para São Paulo em 1859, envolvido inicialmente com o teatro e a pintura, Militão se dedicou à fotografia por volta de 1862, tornando-se famoso por seu trabalho documental.

de cada uma das fotos. Serão analisadas 30 fotos, as quais referem-se ao período acima citado e comportam as características de desenvolvimento urbano da cidade.

O início do desenvolvimento urbano de Guaporé, o qual percorre entre os anos de 1910 até 1945 está interligado com o surgimento da industrialização que, por sua vez, fundamenta-se, principalmente, a partir da Revolução Industrial. Essa teve suas origens na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVIII. Rapidamente, a ideologia industrial espalhou-se pelo mundo causando transformações na vida de todas as pessoas. O surgimento da indústria modificou a economia mundial, assim como o estilo de vida da humanidade, uma vez que acelerou a produção de mercadorias e a exploração dos recursos da natureza. Além disso, foi responsável também por inúmeras transformações no processo produtivo e nas relações de trabalho.

Durante esse período de transição, as cidades passaram por transformações significativas, impulsionadas pela globalização, que já provocaram mudanças marcantes desde o final do século XIX. Nesse contexto, comunidades inseridas em grandes municípios começaram a se desmembrar em busca de maior autonomia política e socioeconômica.

Em termos espaciais, a grande maioria dos municípios que surgiram decorrentes da referida imigração, possuíam um território inferior aos demais já constituídos no Estado. Naquele período, particularmente no final do Século XIX e início do Século XX, a grande quantidade de distritos e comunidades pertencentes aos seus municípios-mães foi desmembrando-se e criando novas unidades municipais. (Pessetti; Bitencourt, 2018, p. 72).

Juntamente com as modificações industriais, espaciais e a tecnológicas da época, fez-se necessário um aumento da mão de obra, por parte do empregador e, conseqüentemente, a demanda por empregos, por parte do trabalhador. Esse aumento de procura fez com que várias pessoas deixassem seus locais de origem em busca de trabalho e melhores condições de vida, migrando para diversas regiões do mundo. A partir dos novos cenários e da movimentação migratória, a paisagem do Rio Grande do Sul, especialmente do município de Guaporé nos anos de 1903, começava a se transformar para levar consigo novas culturas e costumes trazidos pelos imigrantes da época, especialmente a alemã e a italiana.

Logo, imigrantes das colônias de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Veranópolis chegaram ao local. Destarte, em 1896 a colônia já contava com 7 mil habitantes, na sua maioria italianos. Em 1910 já eram 30 mil habitantes espalhados por todos os distritos do município (Girelli, 2003, p 167).

Assim como Guaporé começava a apresentar transformações significativas a partir da presença dos imigrantes, foi possível, por meio da evolução da fotografia, que também sofria mudanças, registrar momentos do desenvolvimento urbano, econômico e social da cidade que recebia imigrantes italianos e alemães vindos de diversas regiões.

Entre os anos de 1910 a 1945 Guaporé teve o seu apogeu de desenvolvimento urbano, o qual se deu por um conjunto de fatores, tais como, o contexto nacional e estadual na qual a cidade estava inserida, aos investimentos que foram feitos, como a construção da Ferrovia do Trigo, a qual mais tarde serviria de escoamento para produtos, tais como, o milho, trigo e soja, as construções de novas estradas e as melhorias das já existentes, as quais ligavam Guaporé com a metrópole e com as cidades vizinhas.

Dentre as estradas principais, responsáveis tanto do deslocamento populacional quanto ao escoamento da produção regional, observam-se as seguintes: Estrada General Osório, inicialmente batizada de Borges de Medeiros, em seu trecho da sede rumo a General Osório e Tiradentes, no trecho da sede rumo a Passo Fundo. Esta figurava como principal artéria de escoamento da produção municipal, cortando, de norte a sul, toda a extensão do município de Guaporé (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 205).

A grande extensão territorial também contribuiu para o desenvolvimento urbano da cidade, pois, até o ano de 1945, Guaporé tinha sobre sua jurisdição as regiões que hoje formam as cidades de Serafina Corrêa, Muçum, Vespasiano Corrêa, Dois Lajeados, São Valentim do Sul, União da Serra e Montauri.

Esse período (1910-1945) de desenvolvimento pode ser relacionado ao surgimento das primeiras grandes indústrias, tais como, os moinhos de trigo e milho (S.A. Moinhos Rio Grandese), a madeireira (A Mabi Industria Madeira Ltda), a Maltaria, fábricas de calçados, o Curtume (Termignoni), as inúmeras fábricas de banha, as fábricas de licores e outras bebidas, como a Cantina Bergamini. Essas indústrias, juntamente com a energia elétrica em 1929, mudaram drasticamente a ambiência urbana e a vida de todos os guaporenses, iniciando desta forma a vida urbana de Guaporé.

Com origem no trabalho rural, a indústria guaporense decolou, assim como afirma Giovanni Girelli (2003, p. 46): “Conduzidos não apenas mais em instalações precárias e modestas, muitos estabelecimentos ganharam corpo, e a presença associativa de técnicos com formação superior”.

Assim, as grandes empresas necessitavam de mais mão de obra, o que fez ampliar o quadro de empregados, gerando novas oportunidades de trabalho e assim trazendo pessoas de várias regiões do Rio Grande do Sul para atuarem em Guaporé.

Além das grandes indústrias terem se desenvolvido nesse período (1910-1945) surgiram também os primeiros bairros do município, o Bairro do Curtume (Borgo) e o Bairro São José (Mundo Novo), os quais eram formados pelos trabalhadores das empresas guaporenses da época. A então antiga “colônia de Guaporé” começara a dar um novo significado, um novo olhar, uma nova esperança para os moradores que aqui já estavam e os quais chegavam à mesma.

O devido trabalho terá a sua organização dividido em três capítulos. O primeiro capítulo irá abordar sobre a construção da cultura italiana e alemã no Brasil e como se deu a imigração destes povos para a região Sul do país, mais especificamente para Guaporé. Este capítulo também irá apresentar o contexto local do caso em estudo, contando com a planta baixa de 1910, e os decretos de 1900 e 1903.

Já o segundo capítulo será desenvolvido pela fotografia como uso de fonte histórica, contando ainda com três subtítulos, os quais abordam temas como cultura, patrimônio e memória, diferença entre memória e lembrança, a partir da análise fotográfica, e a possibilidade de ressignificação da memória a partir da fotografia.

O terceiro e último capítulo será um pouco mais extenso que os demais, pois o mesmo contara com a análise das fotografias, as quais, juntamente com o texto, ajudara a contar um pouco mais sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Guaporé, entre os anos de 1910 a 1945.

A escolha das fotografias as quais serviram de fonte principal deste trabalho foram escolhidas por representarem o recorte temporal do caso em estudo (1910-1945). O desenvolvimento urbano pode ser entendido como a evolução de uma área (urbana) específica ou como as múltiplas atividades que contribuem para o seu desenvolvimento.

Refere-se a um processo contínuo de planejamento e transformação das cidades para melhor atender às necessidades de seus residentes. Envolve a criação, gestão e renovação de áreas urbanas, incluindo infraestruturas, edifícios, serviços públicos, transportes, habitação, áreas verdes e espaços públicos.

O desenvolvimento urbano é um conceito amplo que abrange várias áreas e disciplinas, incluindo arquitetura, engenharia, planejamento urbano, economia e administração pública. O objetivo principal do desenvolvimento urbano é melhorar a qualidade de vida nas cidades.

A pesquisa se realizará a partir da análise fotográfica de 30 fotos, do acervo fotográfico do Museu Municipal de Guaporé⁵, as quais referem-se ao período acima citado, sendo elas, divididas em sete principais eixos (anos):

⁵ O Museu Municipal de Guaporé conta com um acervo fotográfico com mais de 100 fotos e está disponível para visualização do público.

1910- 3 fotografias;
1919- 1 fotografia;
1920- 2 fotografias;
1923- 2 fotografias.
1924- 2 fotografias;
1928- 1 fotografia;
1930- 2 fotografias;
1938- 2 fotografias;
1939- 3 fotografias;
1940- 4 fotografias;
1942- 3 fotografias;
1945- 2 fotografias;

Algumas destas fotos foram tiradas por moradores locais da cidade, os quais pertenciam a classe alta, outras foram registradas por fotógrafos profissionais, os quais na época eram chamados de “viajantes”, os mesmos percorriam o Estado passando em casas do interior oferecendo seu trabalho.

Além destas vamos encontrar fotografias que registram o avanço da cidade, através do registro de uma mesma edificação e/ou local público, porém em diferentes anos.

Todas as fotografias são acompanhadas por ruas, edificações e/ou pessoas que tiveram uma importante valorização para com o desenvolvimento do município, como: Clube União Guaporense, a praça Vespasiano Correa localizada na área central da cidade, o Banco Popular, a Maltaria, a Igreja Matriz, a rua 12 de Outubro nas quais se encontravam os principais comércio da época.

É importante destacar que no período de 1910 à 1945, não se tinha um desenvolvimento tecnológico voltado a fotografia como hoje. Os equipamentos fotográficos utilizado na época não permitiam a visualização imediata das imagens, normalmente demorava-se dias para que a foto ficasse pronta (ocorre-se o que chamamos de revelação). Geralmente, as fotos eram impressas em preto e branco e a qualidade das imagens, por muitas vezes, não era tão nítida como as de hoje.

As fotografias que se encontram no acervo fotográfico do Museu Municipal de Guaporé foram doadas pelos cidadãos locais da cidade. O Museu está localizado na antiga Casa Maia, onde foi residência de um dos prefeitos da cidade. Lá é possível conhecer um pouco do dia a

dia do imigrante seus utensílios de trabalho na agricultura, a forma como eram os mobiliários, quais objetos eram utilizados e quais eram as roupas usadas.

O acervo no qual as fotografias estão guardadas no Museu estão arquivadas anualmente, ou seja, cada ano contém determinadas fotos, as quais juntamente com suas descrições contam a história e o desenvolvimento urbano da identidade local. A grande maioria das fotos foram doadas por guaporenses, outras foram resgatadas e restauradas da Prefeitura Municipal de Guaporé. As imagens estão guardadas em uma sala, separada das demais exposições que ocorrem no Museu. Poucas pessoas tem acesso a elas, normalmente apenas estudantes e interessados no processo evolutivo da cidade à visitam.

O trabalho contará também com o auxílio de diversos artigos e livros, que tenham como assunto principal a memória, a fotografia como fonte histórica e a importância da conservação da mesma. Incluirá o livro *A Transformação de Guaporé: Evolução Urbana e Memórias*, escrito pelo então arquiteto Giovanni Girelli, em homenagem ao centenário da cidade. O qual relata desde a pequena colônia Varzinha até a cidade de Guaporé.

Assim, adota-se a data de 1889 como o ano da escolha do local da cidade de Guaporé; o ano de 1890 como o marco inicial dos trabalhos de abertura de ruas e largos; os anos de 1893 como o marco do primeiro lote urbano vendido e o ano de 1897 como a data inicial da vida urbana na nova sede colonial, denominada então de Varzinha, devido às características de várzea alagadiça que representava os arredores da praça central, mais tarde denominada de Praça Vespasiano Corrêa (Girelli, 2003, p. 15).

Outro livro que ajuda a entender o desenvolvimento da “cidade da hospitalidade” é o livro *A Colônia Guaporé: configuração territorial, política e econômica (1892-1940)*, escrito pelos historiadores Giovanni Balbinot e João Carlos Tedesco, em 2020, o qual procura aprofundar aspectos do primeiro ciclo econômico na região que abarca a Colônia Guaporé entre 1892-1940. Assim como afirmam os escritores “Entendemos que esse período se configurou fundamental para a compreensão da dinâmica territorial, produtiva e mercantil na grande Colônia Guaporé e que se apresenta atualmente em um amplo espaço original” (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 398).

1 IDENTIDADE DA CULTURA ITALIANA E ALEMÃ NO BRASIL: IMIGRAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO

A imigração se configura como um importante fator na formação da identidade cultural do Brasil. Desta forma, a diversidade de modos de vida, costumes, tapeçaria social e cultural foi sendo tecida. Embora, a chegada de imigrantes de diversas partes do mundo não pare de acontecer, algumas raízes culturais foram cultivadas pelos imigrantes alemães e italianos que pisaram nas terras deste país, a partir da década de 1920 (Seyferth, 1988). As marcas culinárias, dialéticas e culturais dos povos imigrantes ainda são percebidas em diversas situações e festividades por todo o território brasileiro em diferentes épocas do ano.

Na questão que diz respeito aos movimentos de imigração de povos, os quais tem com o intuito de construir uma vida diferente em outro lugar,

A emigração representa um fenômeno demográfico e econômico caracterizado pela duplicidade de seus fatores formativos. Há uma área de partida e uma área de destino, estímulos “expulsores” e estímulos “atrativos”: a importância de cada um, ou mesmo seu caráter decisivo, varia de acordo com as situações históricas, mas sempre nos remete a um quadro complexo, que é o da evolução do capitalismo a partir dos anos 50 do século XIX (Franzina, 2006, p. 34).

Em razão de fatores externos como as crises, os camponeses e pequenos proprietários iniciaram sua jornada rumo ao Brasil, pois confiavam à América a solução da sua miséria. E mais do que isso “a possibilidade de concretizarem a utopia da propriedade de terra, pois, ao contrário da terra natal, com estímulos promovidos pelo Estado brasileiro, eles poderiam facilmente se tornarem proprietários, melhorando suas condições econômicas e sociais” (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 19). Esse foi um dos principais fatores que fez com que uma quantidade considerável de rurais italianos, alemães, poloneses, espanhóis, entre outros, optassem por tentar reiniciar suas vidas no Brasil.

Embora os números sejam bastante imprecisos, “considerando as estatísticas sobre a entrada de imigrantes no Brasil, a imigração alemã se situa em quarto lugar” (Seyferth, 1988, p. 3) e o seu marco inicial foi a “formação da colônia de São Leopoldo, em 1924, na antiga fazenda imperial do Linho Cânhamo, por iniciativa do governo imperial” (Seyferth, 1988, p. 5). A partir desta colônia, sempre por iniciativa imperial, os alemães foram se espalhando pelo

território brasileiro até o ano de 1830, no qual o fluxo migratório foi interrompido pela Guerra dos Farrapos⁶, sendo retomado somente em 1845, já povoando também o solo riograndense.

O contexto sociopolítico brasileiro na época foi tão intenso quanto atraente para as populações, principalmente a europeias, pois o Brasil foi marcado por grandes mudanças, como a independência, a abolição da escravidão e a passagem da monarquia para a república neste período da chegada dos imigrantes.

Isso porque a unificação do país, em 1861, trouxe mudanças significativas para a configuração social e política, mas gerou também algumas dificuldades econômicas. Dessa forma, os italianos passaram a buscar oportunidades de melhora de vida no exterior e, a partir de 1870, começaram a chegar no Brasil. Além disso, a abolição da escravatura, em 1888, forçou a busca por mão de obra para substituir os trabalhadores, principalmente nas plantações de café.

Com o intuito de atrair imigrantes, o governo brasileiro passou a oferecer incentivos como a promessa de terras, salários e outras regalias que incluíam a passagem dos imigrantes para que chegassem ao Brasil, em alguns casos (Cenni, 2003). Dessa forma, assim como outros povos europeus, os alemães e italianos chegaram no Brasil com o intuito de iniciar uma vida mais próspera e abundante.

No entanto, quando puseram seus pés nas terras brasileiras, especialmente no Rio Grande do Sul, encontraram algumas dificuldades, tais como; a grande presença da mata virgem, falta de recursos assistenciais, falta de saneamento básico. Essas dificuldades foram presentes em todo os povos imigrantes do Brasil, não somente com os italianos e alemães.

1.1 CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA VINDA DOS ALEMÃES E ITALIANOS PARA O BRASIL: A UNIFICAÇÃO COMO MOTIVO EM COMUM PARA O INÍCIO DA IMIGRAÇÃO.

James (2008) afirma que todas as mudanças importantes demandam determinada fé em um futuro certo. No contexto da imigração, os indivíduos que deixam o seu país acreditam que podem melhorar a sua condição de vida por meio de um recomeço. Isso foi o que aconteceu com os diversos imigrantes que optaram pelo Brasil como sua nova morada.

⁶A Guerra dos Farrapos, também conhecida como Revolução Farroupilha, foi um dos maiores movimentos de resistência regional do Brasil Império, destacando-se pela duração (1835-1845) e pela proclamação da República Rio-Grandense e da República Juliana, representando um desafio à centralização política imperial e às políticas econômicas desfavoráveis às elites sulistas.

No século XIX, a Alemanha passava por um período de transformações significativas em seu contexto social e geopolítico. A unificação concretizada em 1871 sob liderança da Prússia deu fim à fragmentação de estados independentes (Maske, 2014). No entanto, os desafios econômicos que passaram a fazer parte da Alemanha pré-nazista a partir desse acontecimento histórico incluíam a escassez de terras e oportunidades de trabalho, principalmente nas regiões rurais mais pobres. Assim, muitos imigrantes viram, no Brasil, em particular no rio Grande do Sul, uma oportunidade de busca pelo novo mundo, terras férteis e condições melhores de vida.

Da mesma forma, o processo de unificação que acontecia na Itália no século XIX, concluído em 1861, não trouxe prosperidade para todos. As regiões localizadas ao sul do país e as mais montanhosas, ao norte, enfrentavam crises superpopulacionais marcadas pela pobreza e o desemprego (Cenni, 2003). Com a promessa de terras férteis e, em alguns casos, da própria passagem para que viessem ao Brasil, brilhou aos olhos dos italianos um cenário de abundância e prosperidade que poderiam encontrar no novo país. Dessa forma, assim como os alemães, os italianos lançaram-se ao mar que os levariam até o Brasil e se estabeleceram de forma bastante heterogênea, o que possibilitou a sua permanência no estado do Rio Grande do Sul.

A chegada dessas nacionalidades imigrantes no Brasil foi um evento importante para a formação cultural e geopolítica do país. Porém, assim como outros povos migrante, os alemães e italianos foram surpreendidos quando descobriram que as promessas de terras férteis e cultivadas fugiam ligeiramente do esperado, uma vez que precisaram desmatar pequenos espaços para que fosse possível estabelecer-se.

Sobre a imigração italiana para o Brasil,

podemos observar algumas fases mais expressivas com determinadas características. A primeira deu-se no final de 1875 e finalizou por volta de 1886, envolvendo especialmente emigrantes caracterizados ex-assalariados rurais, meeiros e pequenos proprietários, cujo objetivo maior era de se tornarem proprietários de terra pelo processo de colonização agrícola [...] A segunda fase, cujo fluxo emigratório ganhou proporções de massa, ocorreu entre 1887 e 1901, envolvendo emigrantes do espaço rural, com acréscimo de indivíduos ligados às atividades de artesãos, operários e profissionais liberais (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 21).

Os emigrantes que chegavam ao Brasil e não eram diretamente enviados para as lavouras de café precisavam de acomodação e de terras. Aos poucos, formaram-se pequenas províncias distantes, o suficiente para que não fosse possível ocorrer concorrência direta com os então latifundiários. Ainda assim, com pequenos lotes de terra por explorar e iniciar sua nova

vida, a agricultura familiar com base na cultura de cada grupo ou comunidade se mantinha da forma que era possível diante dos desafios apresentados pela terra recentemente conhecida.

Por meio do trabalho os imigrantes alemães e italianos fizeram do Brasil a sua. Nos estados que se localizam mais ao Sul do país, foi possível observar o desenvolvimento mais numeroso de sedes, já que o espaço se localizava longe o suficiente das lavouras cafeeiras de São Paulo para que os latifundiários não se sentissem ameaçados pela possível compra de terras e concorrência que pensavam acontecer caso permitissem que os imigrantes comprassem grandes quantidades de terras ou formassem comunidades muito extensas.

A herança da imigração alemã e italiana se constitui a partir da cultura, da culinária, da arquitetura e nas festividades temáticas. É marca indelével da identidade regional do Rio Grande do sul, que contou com uma diversidade interessante de povos na sua evolução estadual.

1.2 O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DOS ITALIANOS E ALEMÃES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Segundo Willems (1980), o povoamento por povos germânicos no Brasil iniciou-se em 1824. Numericamente,

os alemães formaram o segundo maior contingente de europeus que cruzaram o Oceano Atlântico em direção à América no decorrer do século XIX. No caso específico do Brasil, o período mais intenso da imigração foi anterior à unificação da Alemanha e, conseqüentemente, uma parte expressiva dos imigrantes classificados pela historiografia de forma genérica como “alemães” desembarcaram no Brasil na condição de cidadãos de povos germânicos. Diferentes na sua procedência e classificados como “alemães” pela historiografia, esses imigrantes foram contemplados pela política de imigração adotada pelo Governo Imperial do Brasil, que decidiu fazer da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o núcleo inicial da colonização alemã no Rio Grande do Sul (Rückert, 2013, p. 206).

A imigração esteve majoritariamente “ligada a motivos sociais, políticos e religiosos, mas também a uma forma de resolver dificuldades econômicas, prevenindo ou modificando situações indesejáveis” (Maske, 2014, p. 184). De toda forma,

a vinda de imigrantes europeus [especificamente] para o Rio Grande do Sul no decorrer do século XIX deve ser analisada no contexto mais amplo do processo histórico que provocou a transferência de milhões de europeus de diversas etnias e nacionalidades para o continente americano. Na sua vertente europeia esse processo foi uma consequência das mudanças econômicas e tecnológicas que estavam em curso em algumas regiões da Europa e foi também um reflexo do alto crescimento demográfico dos povos europeus [...]
Diante de um quadro histórico internacional em que a Europa apresentava dificuldades para atender as demandas da sua crescente população, enquanto a

América expressava interesse em receber imigrantes europeus (Rückert, 2013, p. 205).

A imigração alemã passou a despertar interesses comerciais, como o da Empresa de Colonização Dr. Herrman Meyer, “com sede em Leipzig/Alemanha, a qual instalou seu complexo colonial no Noroeste do Rio Grande do Sul, em 1897, atuando na região até 1932”. (Neumann, 2014, p. 97). Esse projeto de colonização iniciado pela empresa Meyer tinha um objetivo inicial de formar uma colônia étnica majoritariamente alemã, na qual os imigrantes pudessem “*ser e permanecer* alemães, mantendo sua cultura de origem” (Neumann, 2014, p. 97). Isso porque os agrupamentos de populações imigrantes reuniam diversas etnias e, mesmo com os projetos da colonizadora, foi necessário que os grupos se readaptassem e criassem uma cultura em comum.

Da relação dos imigrantes com os povos já residentes no Brasil, segundo o discurso da empresa de colonização, predominaram serviços de troca como o desmatamento de locais para a construção das casas dos imigrantes. Em primeira mão, a empresa Meyer deu suporte para que os imigrantes fossem direcionados para regiões nas quais pudessem construir povoados majoritariamente – quando não inteiramente – alemães, afim de que pudessem preservar suas raízes culturais mesmo vivendo no Brasil. Cidades como Cruz Alta e Palmeira das Missões foram inicialmente povoadas por imigrantes alemães (Neumann, 2014).

Deve-se levar em consideração, no entanto, que não houve uma época na qual as imigrações aconteceram isoladamente por etnia ou região, já que os meios de transporte eram escassos e utilizados da melhor forma possível – com a lotação máxima sempre excedida. Muitas embarcações chegaram no Brasil com imigrantes de diversos lugares do mundo, os quais foram se estabelecendo nas capitais, e mais tarde migrando para o interior das mesas.

Sob várias modalidades e formas entre 1872 e 1972, quase dois milhões de italianos deslocaram-se para o Brasil. A migração familiar foi a grande característica, principalmente no período intenso do fenômeno entre 1890 e 1914. Parte significativa dessa migração foi subsidiada por recursos públicos nacionais do país hospedeiro. O destino era variado: grandes fazendas de café (regime do colonato), colonizações particulares do Sul e do Sudeste [...] e parte dos imigrantes estabeleceu-se em cidades industriais e em espaços de expansão de trabalho urbano (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 14).

A maioria desses imigrantes era, portanto, enviada a São Paulo. No entanto, a relação emigratória era majoritariamente dotada de objetivos colonizadores, pois os provinciais temiam que os europeus estabelecessem colônias fortes o suficiente para adquirir terras e estabelecer futuras concorrências.

Esse fator é determinante para entender os porquês de o processo de imigração com objetivos colonizadores ocorrer na região Sul do Império (particularmente nos atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), pois além de se localizarem longe das terras propícias a lavouras cafeeiras, as elites latifundiárias sulinas desenvolviam basicamente atividades ligadas à criação de gado e às atividades saladeiras, com o objetivo de abastecimento das escravarias imperiais. [...] Nessas regiões o projeto de imigração alemã e depois italiana, foi concretizado (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 23).

E assim, aos poucos, os italianos e alemães se espalhavam pelas províncias do Rio Grande do Sul, cuja crença política se fundamentava na produção familiar de pequenas propriedades e na policultura baseada na agricultura e mão de obra familiares. Em 1895, o Governo Federal assumiu a responsabilidade pela colonização e, em 1982, Barros Cassal, o então presidente do estado, firmou um ato em favor de novas regras de colonização no estado do Rio Grande do Sul. “As regras determinavam que os lotes coloniais não seriam maiores de 30 hectares, mas, em média, 25 hectares, e preferindo a compra por famílias residentes nos núcleos” (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 26).

Em consequência da acomodação de europeus no Sul do Brasil, as terras dos pequenos núcleos inicialmente formados rapidamente se tornaram escassas. Isso porque os imigrantes não paravam de chegar e, com a cultura da produção familiar, cada grupo de pessoas precisava de um pedaço de terra para poder se estabelecer, construindo cada vez mais comunidades. Assim, era necessário expandir a demanda de lotes para que fosse possível acomodar os chegados da Itália, bem como os povos de outras regiões da Europa que chegavam no Rio Grande do Sul às centenas. Tal fator “levou a colonização aumentar e se estender no entorno dos rios Taquari, Antas, Carreiro e Guaporé” (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 28), contribuindo, assim, para a expansão das comunidades italianas e alemãs nas províncias que pertencem ao atual norte do estado do Rio Grande do Sul.

1.3 A CULTURA GUAPORENSE COMO OS ITALIANOS E ALEMÃES SE ESTABELECEM NA CIDADE DE GUAPORÉ

O maior fluxo de imigração que ocorreu com destino ao Rio Grande do Sul aconteceu no século XIX (Franzina 2006). Os alemães começaram a chegar em 1824 (Cunha, 2017), colonizando a região do Vale dos Sinos e fundando as primeiras colônias:

Na Província de São Pedro, no Rio Grande do Sul, a primeira colônia, fundada em 1824, foi estabelecida em lotes da Real Feitoria do Linho Cânhamo e Estância Velha [...] São Leopoldo era uma colônia sob a responsabilidade do governo imperial, criada por D. Pedro I, e acobertava os interesses estratégicos da Coroa, que recrutava na Europa imigrantes, em sua maioria, destinados aos batalhões de estrangeiros do imperador e à fundação de colônias em regiões do sul do país para a defesa das suas províncias parcamente povoadas (Cunha, 2017, p. 39-40).

Além disso, os italianos, vindos principalmente da região do Vêneto, bem como de outras regiões do norte da Itália, começaram a chegar em 1875. O estabelecimento dos alemães e italianos nessa época deu-se, em massa, na região da Serra Gaúcha. Ali, poderiam desenvolver a agricultura, com destaque para a vinicultura, a qual é uma raiz cultural muito cultivada, já que municípios como o de Bento Gonçalves e Caxias do Sul - dentre muitos outros – têm sua maior fonte de renda comercial voltada para a produção de vinhos e outros produtos vindos dos vinhedos.

A forte presença veneta deixou marcas consideráveis na cultura local, que rapidamente alastrou-se pela região serrana e foi povoando outras áreas que contemplam os atuais municípios de Passo Fundo e Soledade, por exemplo, desde o idioma até as tradições culinárias e arquitetônicas, o que contribuiu para a identidade da região, que fica próxima da serra, por sua vez conhecida pela produção de uvas e festivais culturais.

Além dos fatores principais que nortearam o processo de imigração e colonização como um todo, o Governo provincial percebendo a necessidade de ampliar as áreas destinadas à colonização, juntamente com o imperativo de aproveitar a grande área devoluta ao sul de Passo Fundo e Soledade, encurtando as distâncias entre esses municípios e Porto Alegre, aprimorando as comunicações tanto terrestres quanto fluviais com a capital da província, estabelece uma comissão técnica com o objetivo de realizar um levantamento e mapear a extensa área entre os rios Carreiro e Guaporé (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 28).

Iniciava-se, assim, a organização da colônia Guaporé

As terras do futuro núcleo de Guaporé, respeitando os limites territoriais de Passo Fundo, Lajeado, Lagoa Vermelha e Soledade eram tidas ainda como uma extensão da colônia de Alfredo Chaves, permaneceram para efeitos administrativos subordinada à Comissão de Terras e Colonização de Alfredo Chaves até 19 de dezembro de 1892. Nessa data, a Colônia de Guaporé foi oficialmente desmembrada do núcleo de Alfredo Chaves, sendo estabelecida e recebendo autonomia (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 29).

A partir dessa data o então presidente da província do Rio Grande do Sul, José Montaury de Aguiar Leitão, responsável pelos movimentos sociais e políticos que promoveram a fundação da colônia Guaporé, desempenhou importante papel no estabelecimento de alemães e italianos na nova comunidade.

Em 19 de dezembro [1892] é criada oficialmente a Colônia Guaporé, a última a ser fundada no processo migratório para o Brasil, tendo como fundador, o engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão. A colônia Guaporé era formada pelo território situado entre os rios Carreiro, Guaporé, Antas e Taquari. [...] aqui se instalaram João Alves da Rocha, brasileiro, Ângelo Cancha e Giuseppe Lombardi, peninsulares, que estabeleceram as primeiras casas comerciais do lugar [...] cerca de 200 famílias foram logo colocadas nos lotes mais próximos à sede da Colônia de Guaporé, chamada “Nova Virgínia” pelos imigrantes, vindos a maioria de Treviso e Veneza (Dal Mas, 2022, p. 45).

Nesta mesma década, “a Igreja fixou a primeira capela, de frente para a praça de Guaporé, de madeira, em local destinado propositalmente para ela” (Dal Mas, 2022, p. 46). Além das funções religiosas, a igreja também era lugar para o desenvolvimento do catecismo e da alfabetização das crianças. A escolha do padroeiro – São Brás – ocorreu quando a capela estava em construção e Paulino Pasqualotto sofria de uma doença da garganta, cuja cura esperava por meio da fé e fez promessa que doaria a estátua de São Brás caso fosse curado. Além dele, famílias como os Zeni, Da Cruz, Fanni, Strapazon, Martinazzo, Polese, Corso e Rech, chegaram nessa mesma década à localidade conhecida como Maróstica.

A partir do estabelecimento consideravelmente organizado por Montaury, a produção agrícola e o desenvolvimento da colônia passaram a ocorrer de forma eficaz e muito rápida, desencadeando acontecimentos importantes em série que elevariam a qualidade de vida dos imigrantes que ali se estabeleciam, mas que também demandavam atenção política e social, na esfera da organização e das relações comerciais.

Por isso, o povoamento da linha de Casca teve início também nesses mesmos anos. Famílias descendentes de italianos, alemães e poloneses deslocavam-se tanto dos seus países de origem quanto de outros núcleos como Caxias do Sul e Bento Gonçalves. A estruturação de Guaporé como cidade deu-se a partir do ano de 1892.

Nesta época, praticamente toda a área de terras encontrava-se povoada e em grande parte, povoada e produtiva, representando um verdadeiro recorde e elevando a então Colônia de Guaporé aos primeiros lugares do Estado em porcentagem de terras cultivadas em meados de 1910 (Dal Mas, 2022, p. 47).

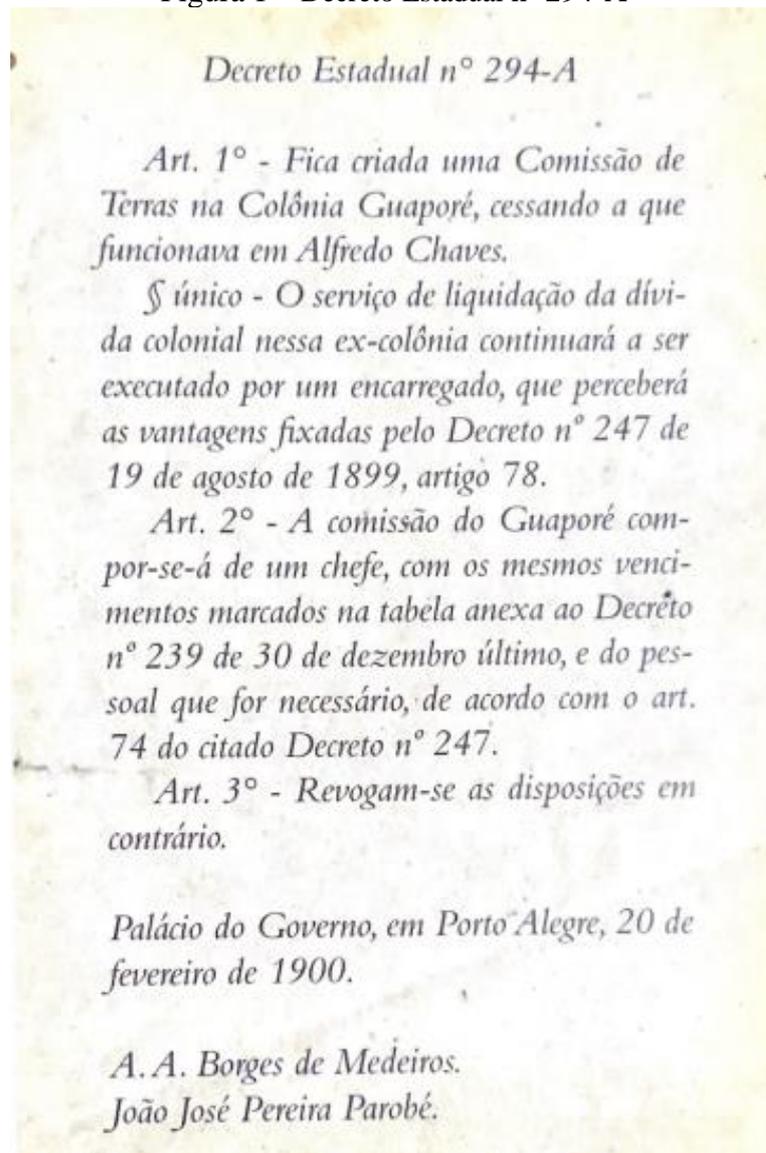
Assim, o povoamento da cidade de Casca e, posteriormente, do município de São Domingos, deu continuidade ao processo economicamente produtivo que levou à Colônia de Guaporé caráter evolutivo.

Em 1898, a Colônia de Guaporé foi elevada à condição de Capela Curada, quando, por meio do Ato Municipal de Lajeado, Guaporé tornou-se distrito (Dal Mas, 2022). Em dezembro do mesmo ano, Guaporé recebeu a visita do ministro da Itália, Conde Antonelli, demonstrando que a colônia era importante aos olhos daqueles que cuidavam dos processos imigratórios. Em 1899, já haviam leis próprias no território esclarecendo

o conceito de terras devolutas e tratou [a lei] de defender as matas naturais da devastação que sofriam. Regulou, ademais, exaustivamente, a formação de núcleos, a recepção e o encaminhamento dos imigrantes, o preço das terras, a cobrança da dívida colonial, as obrigações dos colonos, etc. (Dal Mas, 2022, p. 65).

Em 1900, um decreto oficial assinado por Borges de Medeiros e João José Pereira Parobé extinguem a Colônia de Alfredo Chaves e criam a Comissão de Terras da Colônia de Guaporé, já que o município se tornava autônomo e, por isso, ficava a seu encargo a efetivação do pagamento da dívida colonial.

Figura 1 – Decreto Estadual nº 294-A

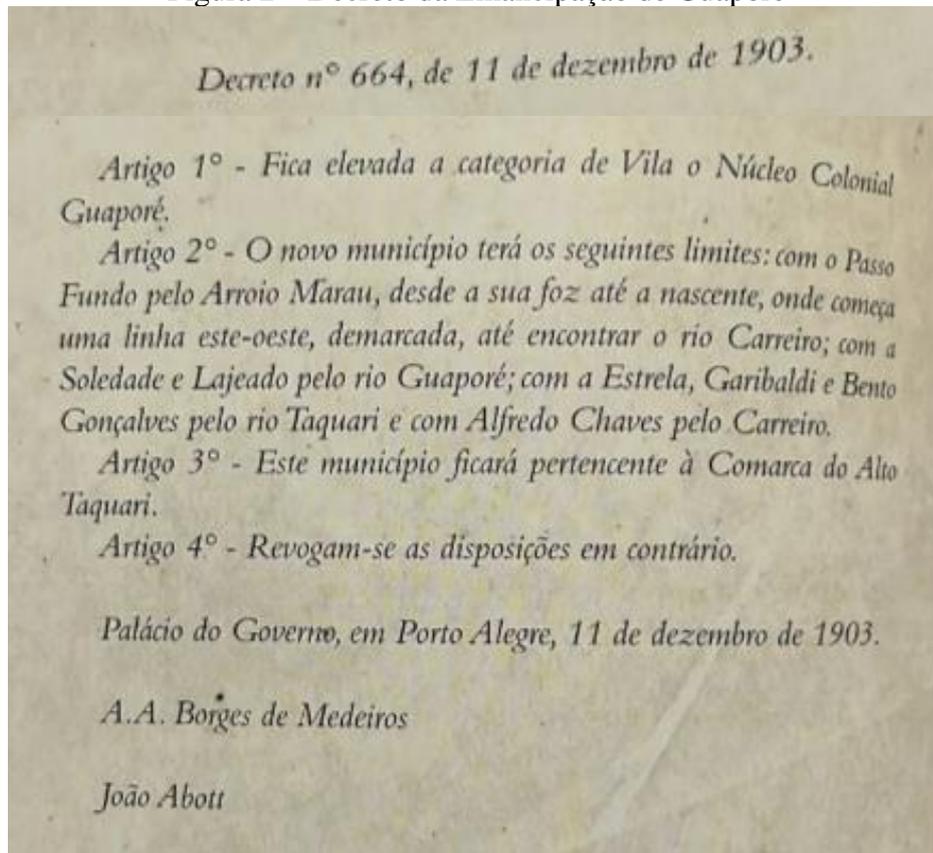


Fonte: Dal Mas (2022, p. 65).

A partir do decreto, os registros formais de dados afirmam que se instalaram aproximadamente 512 pessoas em Guaporé. “Os adultos sabiam ler. Havia espanhóis, italianos, alemães, poloneses e austríacos” (Dal Mas, 2022, p. 65). Iniciando as raízes culturais e arquitetônicas, neste mesmo ano, dar-se-ia a construção em alvenaria da casa Maia, na qual residiria o morador Agilberto Atílio Maia (Dal Mas, 2022, p. 65). A casa em questão foi utilizada pela família Maia por cerca de 50 anos e hoje abriga o atual Museu de Guaporé.

Foi no mês de Maio de 1903 que Guaporé recebeu uma excursão presidencial da capital, saída diretamente de Bento Gonçalves, liderada pelo Dr. Parobé, com o intuito de antecipar os preparativos para a emancipação da colônia, que aconteceria em Dezembro e autonomizaria o município como um todo.

Figura 2 – Decreto da Emancipação de Guaporé



Fonte: Dal Mas (2022, p. 76).

Apesar do desenvolvimento rápido a partir da sua ocupação, a colônia de Guaporé precisava aprimorar a mobilidade das pessoas e, principalmente, a integração regional. Isso porque as vias de transporte foram e são essenciais para o desenvolvimento econômico de qualquer região. Antes da efetivação da cidade guaporense, no entanto, o principal meio de transporte era o cavalo.

A malha viária demandou atenção constante e drenou os recursos financeiros disponíveis aos diversos intendente que se sucederam à frente da direção política e administrativa da Intendência Municipal de Guaporé nas quatro primeiras décadas de existência (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 205).

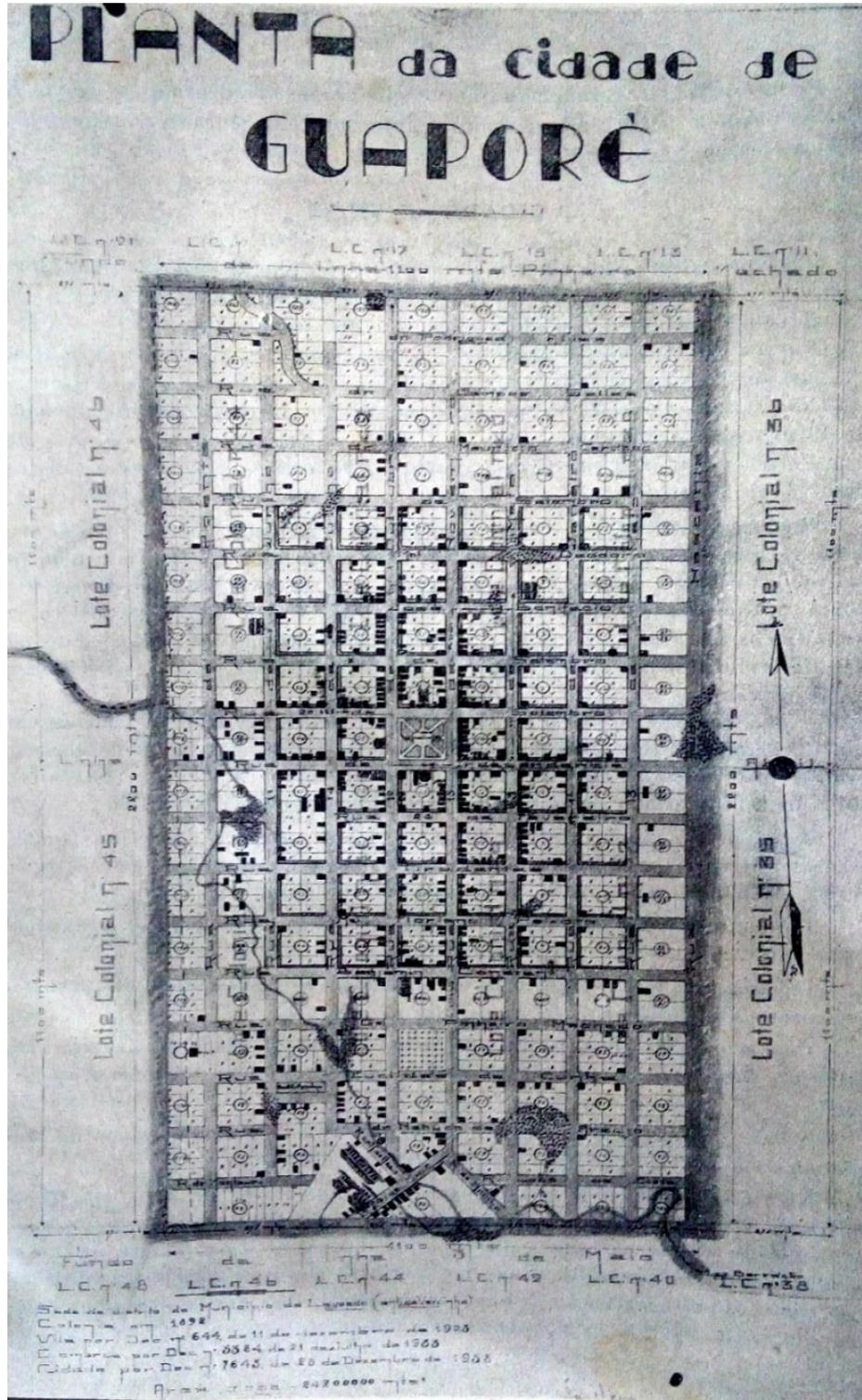
No entanto, em 1903, a Colônia de Guaporé acabara de emancipar-se, e, portanto, organizar-se-ia quanto às questões sociais e políticas a partir da nova configuração de governo e funcionamento. As cidades que surgiram na mesma região à qual Guaporé pertence fazem parte de uma grande região de colonização italiana e desenvolveram uma organização urbana e arquitetônica que “reflete diretamente o tripé constituído pelos poderes político, econômico e cultural. Nesse cenário de ambientes construídos estão a Intendência, a Praça Central do

Município, a Igreja Católica e as residências de personagens do campo político” (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 355).

1.4 PLANTA BAIXA DA CIDADE DE GUAPORÉ-1910

A Colônia de Guaporé, que teve seu início em 1892 e mais tarde se tornou a cidade de Guaporé, instituído pelo decreto estadual nº 644 em 11 de dezembro de 1903, foi projetada pelos engenheiros Nicolau França Leite Pederneiras, Lucano Conedeira e Vespasiano Rodrigues Corrêa. Com dimensões territoriais de 2200 por 1100 metros, delimitadas entre os lotes coloniais 45–46 (oeste) e 35–36 (leste) da Linha 21 de Abril, e com a linha Pinheiro Machado ao norte e a linha Três de Maio ao sul, a sede guaporense dispunha de 162 quadras planejadas em um formato quadrado de 100 por 100 metros.

Figura 3 – Planta da Sede do núcleo colonial de Guaporé, foto datada de 1910



O mapa elaborado em seda pelo cartógrafo Eduardo Mallmann a pedido do Intendente Manoel Francisco Guerreiro retrata a sede de Guaporé. As quadras foram traçadas entre as vias conhecidas como Rua do Nascente (atualmente rua da Brigada Militar) e Rua do Poente (hoje rua do Supermercado Marin), que ainda preservam seus.

Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Cada quadra foi subdividida em oito lotes, com medidas de 25 metros de frente por 50 metros de profundidade. A quadra central da sede foi destinada à construção da praça principal

e da Igreja Matriz. Assim como as demais cidades de Lajeado, Porto Alegre, Passo Fundo etc.. as ruas que atravessavam as quadras foram projetadas com amplos espaços e um traçado cuidadosamente alinhado, recebendo nomes em homenagem a datas significativas ou a figuras proeminentes do Rio Grande do Sul e do Brasil, assim como era de costume daquela época (1919-1945). Embora muitas tenham suas denominações alteradas ao longo do tempo, como a Rua da Independência, que é atualmente a Avenida Monsenhor Scalabrini, várias outras conservaram seus nomes originais, incluindo as ruas Euclides da Cunha, Marechal Deodoro e José Bonifácio.

Desde então, a sociedade de Guaporé tem consolidado seu legado fundamentado nas raízes culturais italianas e alemãs, enriquecido por outras influências culturais. Contudo, aspectos como, os vínculos familiares e a ligação com a agricultura continuam marcantes na identidade local. A imigração, além de se configurar como um processo histórico relevante e passível de revisitação e análise científica, abre novos horizontes para aqueles que enfrentam grandes distâncias em busca de um objetivo comum: melhores condições de vida e dignidade. Dessa forma, as dinâmicas históricas originadas por esses movimentos migratórios resultam frequentemente na formação de patrimônios culturais, recorrentes em tais contextos.

A Arquitetura, os monumentos e obeliscos como componentes de uma memória patrimonial tendiam estar em consonância com o conjunto das representações de formas, de vividos temporais que cada grupo social produzia, institucionalizavam e transmitiam por meio de formas variadas de socialização e interação [...]. Entendemos que as culturas se espelham na memória patrimonial, a qual se torna um patrimônio cultural, entendido como um conjunto de bens materiais e imateriais capazes de estabelecerem ligações entre passado e presente com o futuro, ou seja, garantir permanência e continuidade (Balbinot; Tedesco, 2020, p. 363).

Em realidade, as sociedades buscam, ainda que através dos tempos, cultivar práticas culturais que remetam ao que lhes faz bem ou às lembranças daquilo que gostariam de reviver. Por meio da manutenção das raízes da cultura italiana e alemã, Guaporé conta com a diversidade cultural com a qual convive desde a sua emancipação. Dentre as festividades e comemorações típicas no município, a encenação da Paixão de Cristo é um evento que movimenta a cidade todos os anos. Embora de caráter religioso, a comunidade é convidada a refletir a presença concreta da fé, trazida pelos imigrantes junto às suas malas nos navios.

Outras festas religiosas e comerciais que acontecem nas cidades vizinhas também influenciam a cidade de Guaporé. O Festiqueijo, celebrado em Carlos Barbosa e Bento Gonçalves, demonstra a cultura gastronômica italiana e oferece espaço para que os também produtores de vinhos, queijos e produtos coloniais possam expor as suas habilidades na feira.

A colonização alemã e italiana deixou marcas profundas na construção da identidade da Serra Gaúcha, incluindo a cidade de Guaporé. Além disso a forte ligação italiana com a agricultura, especialmente com a produção de vinhos, e dos alemães, com suas festas e costumes, acabaram por moldar a vida social e influenciar abundantemente a economia da região. Até os dias atuais, destacam-se os eventos comunitários e familiares, as construções arquitetônicas de valor histórico, as atividades regionais de grande relevância e a produção agrícola contínua.

As gerações mais recentes tiveram a chance de obter reconhecimento por sua herança e colaborar com a manutenção das tradições que fazem parte da cultura local. Através do empenho e do vínculo com suas raízes culturais e regionais, os imigrantes tiveram um papel essencial na autonomia de Guaporé e na formação de sua história, garantindo que essa narrativa seja apreciada ao longo dos anos.

1.5 DA MATA A COLÔNIA, DA INDÚSTRIA A CIDADE

Nos primeiros anos da consolidação da cidade de Guaporé tínhamos um município cheio de árvores e matas, porém a sua grande remoção significou prioridade absoluta na instalação dos primeiros habitantes, pela serra gaúcha. Assim, a primeira grande transformação de Guaporé ocorreu com a remoção da paisagem natural reinante, principalmente entre 1890 e 1920, no necessário desmatamento de grande parte do território, buscando um solo proveitoso e fértil, transformando a mata em colônia.

Das culturas do milho e do trigo, surgiram os moinhos; da criação suínas, as fabricas de banha, de laticínios e os primeiros grandes frigoríficos. Industrias que espalhadas por toda a extensão do município, compunham gigantesca engrenagem laboriosa, como bem demonstra os anos 30 e 40.

Em se tratar da sede de Guaporé, a primeira grande transformação desbravou a várzea alagadiça existente, construindo ali uma cidade-1892. A partir daí, iniciava o que hoje é Guaporé, da completa alteração topográfica, com a abertura de ruas e o nivelamento dos primeiros quarteirões, da transfiguração do cenário rupestre em uma aglomeração organizada de residências e estabelecimentos comerciais, surgia o sítio urbano.

Após cerca de quatro décadas da cidade-1932, outro fenômeno de transformação marcou a evolução urbana da cidadina, a transformação de uma cidade de madeira em uma cidade de alvenaria. Quando o rústico da madeira, matéria prima abundante e disponível, começou a dar lugar ao uso de paredes rebocadas com argamassa. Guaporé trocou de época,

alterando o cenário urbanística e arquitetônico, e com ele os costumes e os estilo de vida, alimentado pelo surgimento da energia elétrica, das grandes casas de cinemas, da vida social, assim o calçamento das ruas centrais e o aparecimento dos primeiros automóveis.

Desta forma uma nova Guaporé se moldava, empenhada no progresso, no desenvolvimento e no crescimento acelerado.

2 A FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA

A fotografia desempenha um papel crucial como registro do nosso patrimônio cultural, funcionando não apenas como uma representação visual, mas também como uma fonte valiosa de informações históricas. Ao capturar momentos, lugares e pessoas, ela preserva aspectos da cultura e do patrimônio os quais podem ser alterados ao longo do tempo.

Além disso, a fotografia tem o poder de ressignificar a memória, permitindo uma nova compreensão e interpretação do passado. Ao olhar para uma imagem fotográfica, somos transportados para um determinado momento, mas também somos confrontados com as limitações da memória e as maneiras como ela pode ser influenciada pela percepção e pela narrativa.

É importante distinguir memória e lembrança ao se analisar fotografias. Enquanto a memória se refere à capacidade de reter e recuperar informações, a lembrança é mais subjetiva e influenciada por experiências individuais. As fotografias têm o potencial de desafiar nossas memórias, oferecendo uma perspectiva objetiva e concreta sobre o passado.

Cultura, patrimônio e memória estão intrinsecamente ligados e a fotografia atua como uma ponte entre esses elementos. Ao explorar e interpretar imagens fotográficas, podemos entender melhor nossa identidade cultural, nossa história e como ela molda nosso presente e futuro.

2.1 CULTURA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

O patrimônio é algo historicamente construído e remete à ideia de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos. Esse pertencimento assegura uma identidade cultural, ou seja, um suporte preciso quanto à formação do cidadão. A partir disso, as memórias e referências do passado fundamentam a coesão entre sujeitos que compartilham sensibilidades, memórias, tradições e histórias. Esses mesmos referenciais também indicam diferenças culturais que ampliam a compreensão da diversidade como um valor primordial para a convivência em sociedade (Pereira; Bonfim, 2022).

A cultura, segundo Silva e Orlando (2019), é multifacetada, ou seja, ela é fruto das relações sociais ao longo do tempo, onde a noção de patrimônio cultural se transformou junto ao processo de modernização da humanidade. Isso implica na democratização da preservação da memória cultural a partir de uma variedade de manifestações pelos criadores e/ou herdeiros culturais.

Já o conceito de patrimônio pode ser visto sob diversas perspectivas, incluindo aspectos relacionados aos processos históricos e à formação de memórias, individuais ou coletivas. O patrimônio é um constructo intelectual que traz aspirações e valores dos grupos sociais que o elaboram. Na sociedade, o patrimônio refere-se as práticas de rememoração em relação ao passado, como se fosse um “lugar de memória”, onde busca-se a preservação do presente para que as gerações futuras recebam o passado vivenciado por uma determinada sociedade (Souza *et al.*, 2021).

Já os autores Felipe e Pinho (2019) trazem a concepção de memória. Segundo os autores, a memória é algo que permite a assimilação das experiências, da vivência do indivíduo, mesmo que de forma inconsciente, atuando como portadora de emoções. A memória só é acionada quando o indivíduo se depara com algo que traz lembranças, lugares e pessoas. Além do mais, a memória é algo que pode ser compartilhado por um determinado grupo e em diversos lugares, tais como igreja, escola, universidade, por um bairro, dentre outros.

Concomitantemente, Vieira (2017) assimila que a memória é um fenômeno natural do ser humano, é algo que pode ser trabalhado ao longo da formação do indivíduo enquanto integrante de uma sociedade. Mesmo sendo uma característica natural do ser humano, a memória é manipulada, de modo a contribuir para os indivíduos desenvolverem uma lembrança acerca de um fato específico.

A memória está sempre interligada a quem somos, aquilo que nos define, que nos identifica, que escreve nossa história através de nossas lembranças; e a História é como se fosse um pergaminho que sustenta e registra todas as memórias que lhe são depositadas, mas que se não cuidado e preservado esse pergaminho se deteriora e se perde com o incansável e ininterrupto agir do tempo. Diante desse sentimento poético que envolve a relação entre memória e história, nos encontramos com uma cruel realidade de esquecimento e perdas incalculáveis do patrimônio e da cultura, que consequentemente afetam a 2 perspectiva de identidade de um povo (Pereira; Bonfim, 2022, p. 1-2).

Tendo em vista o contexto de sociedade, a memória passa a ser considerada memória coletiva. E essa memória coletiva está atrelada aos aspectos patrimoniais daquela sociedade. Com o passar dos anos, a noção de patrimônio foi sendo ampliada, substituindo antigos conceitos por novas visões de que objetos podem ser refletidos além do simples valor material e, assim, incorporados a vários tipos de patrimônios que antes não eram valorizados.

Diante disso, Souza *et al.* (2021) abordam a relação entre memória e patrimônio, ao dizerem que, o patrimônio pode ser compreendido por meio da articulação entre a imaginação, o simbólico e o ritual. Não apenas lugares físicos, a exemplo de museus e memoriais, devem ser

vistos como lugares de evocação de memórias. A cultura também denota memorização, haja vista a existência de ritos, práticas e saberes existentes na seara do patrimônio histórico.

Isto posto, na atualidade, um patrimônio cultural remete à necessidade de preservação, memória e identidade própria, como forma de auxiliar na compreensão da sua real importância quanto aos aspectos que envolvem um determinado grupo social ou comunidade, tempo ou lugar, onde esse patrimônio está, considerando-se todo o contexto cultural. Concomitantemente, o patrimônio cultural pode revelar muito sobre o modo de pensar e agir das pessoas inseridas em um determinado lugar, caracterizando não apenas o perfil individual, mas também indicando aspectos históricos daquele lugar. Há de se considerar ainda que, o patrimônio articula a memória, a identidade e a cultura (Pereira; Lima; Fortuna, 2022).

Neste enfoque, Pereira Junior (2018, p. 3) define patrimônio cultural como

[...] o conjunto de manifestações ou objetos nascidos pela produção humana que uma sociedade recebeu como herança histórica e que constituem elementos significativos de sua identidade como povo. Tais manifestações ou objetos constituem testemunhos importantes do progresso da civilização e exercem uma função modelo ou referencial para toda a sociedade; daí sua consideração como bens culturais.

Portanto, a vinculação entre cultura, patrimônio e memória envolve diversos aspectos que podem, também, remeter a um dado contexto histórico. Baseado nisso, Teixeira (2022) discute que, a partir de um dado acontecimento, o qual desenvolve um determinado grau de importância na vida do ser humano ou na vida de uma sociedade, forma-se um acervo de informação acumuladas ao longo desse período, o qual leva a construção de uma memória. Essa memória pode estar relacionada, por exemplo, a garantia de continuidade dos modos de vida de grupos sociais, de uma cultura, guardada em objetos ou referências simbólicas, as quais compõem um patrimônio. Soma-se a isso bens culturais que contribuem para o processo de formação de uma sociedade e que, no futuro, ficarão na memória das pessoas ou serão vistos como patrimônio cultural.

2.2 DIFERENÇA ENTRE MEMÓRIA E LEMBRANÇA A PARTIR DA ANÁLISE FOTOGRÁFICA

Na concepção de Nery *et al.* (2015), as pessoas, em sua maioria, estão cercadas de objetos e fotografias. As fotografias além de fazerem parte da história de cada indivíduo, são guardadas e viram uma lembrança, um objeto memorável, decorativo e cultural. Na atual sociedade contemporânea, o fácil acesso ao ato de tirar uma fotografia, faz com que fotos sejam tiradas constantemente, tanto que todos os momentos importantes e representativos na vida de alguém pode se representado pela fotografia, como forma de registrar e lembrar o momento.

Apropriada como instrumento ideológico, a fotografia carrega a mensagem de quem a produz e de suas intenções. O conteúdo fotográfico tem a função de comunicar uma mensagem a um determinado segmento social e cultural, o qual fará sentido dentro de um contexto espaço-temporal. À vista disso, o fator humano, na criação e produção da mensagem visual, passa a ser compreendido como parte do ato fotográfico. Ao longo do tempo, a percepção acerca da fotografia foi sendo modificada, ocorrendo transformações na forma como ela é compreendida, sentida, observada, capturada e até mesmo apropriada ou usada (Batista, 2017).

A origem da palavra “fotografia” deriva do grego “*phôs*”, que significa “luz”. Logo, a fotografia está associada a ideia de gravar imagens através de meios químicos. Uma vez que, a associação entre fotografia e memória é algo comum e um dos principais motivos pelo uso da imagem fotográfica, ao se deparar com fotografias, estas tendem a trazer recordações (Felipe; Pinho, 2019).

Ademais, Ferreira (2021) salienta que a fotografia também registra e divulga monumentos e paisagens, onde todos querem ir e podem retratar. A atividade de fotografar proporciona a sensação de que a cabeça pode conter o mundo todo. Cada vez mais, a fotografia tem um caráter público e prático, sendo que o mundo digital deu às imagens fotográficas um novo impulso, haja vista que a maioria das fotografias acabam sendo submetidas em suportes digitais e/ou compartilhadas em redes sociais.

Em toda a fotografia, há de se considerar que ocorre uma forma de paralização do tempo. Tudo aquilo que foi escolhido e apreendido pelas lentes de quem fotografou, fica congelado na forma bidimensional da fotografia. A ação retratada por ela, tem o poder de “eternizar” um acontecimento, porém, não isenta o observador de um sentimento de ausência. Há muitos estudiosos que buscam na fotografia o encontro entre o reconhecimento e a lembrança, a partir da compreensão sobre o que a fotografia distancia e aproxima, ou seja, entre a ausência e a presença (Bueno; Oliveira; Silva, 2014).

A fotografia tem o poder de conservar a memória do tempo, assim como se observa nos álbuns de família. Esses álbuns são importantes meios de construção de identidade e recordação dos acontecimentos, assim como elo entre antecessores e o presente. Podemos afirmar que é um objeto que possui valor simbólico quase que “sagrado”, pois é carregado de sentimentos que revelam a identidade das famílias; sendo assim, a memória é o que garante a identidade e a coesão de determinado grupo (Nery *et al.*, 2015, p. 45).

Conforme Mendes (2019), ao longo do tempo, o homem desenvolveu procedimentos próprios para registrar e congelar ideias. Nesse contexto, a experiência visual pôde ser registrada por meio da fotografia, permitindo, assim, a revisitação de arquivos, de memórias vivenciadas. A memória é vista através da utilização de ideias que foram conservadas ao longo do tempo.

Em toda fotografia, há uma espécie de interrupção do tempo, da vida. Nesse viés, tudo o que é capturado pela fotografia, a partir do momento em que for registrado, permanece sempre interrompido e isolado de forma bidimensional da superfície fotossensível. Uma cena fotografada tem o poder de “conservar” um acontecimento, permitindo que ela se torne uma lembrança ou uma memória na vida das pessoas (Batista Júnior, 2023).

O presente e o passado sempre foram objetos de interesse para a humanidade. O mesmo fascínio que levou o ser humano a registrar seu cotidiano desde os primórdios de sua história foi o que impulsionou a conservar suas lembranças. E as lembranças do que se viveu, sentiu no passado fazem com que cada pessoa seja única. A capacidade de guardar lembranças foi denominada memória. Entendida como um fenômeno social é uma função psíquica, a memória é propriedade de conservar biologicamente certas informações e elementos, sobre fatos vivenciados. A memória é uma aptidão natural do homem e essa aptidão foi auxiliada com registros documentais como, por exemplo, a fotografia (Felipe; Pinho, 2019, p. 89-90).

Frente a isso, dado o fato de que a fotografia é uma fonte de informação e, também, um documento com várias funções, ela torna-se um meio que o homem encontrou para guardar sua memória. Nessa perspectiva, a fotografia também estimula a lembrança. Considerando que a vida não para, nem o tempo, tudo aquilo que fica registrado é o instante atual, algo que não irá mais acontecer. Consequentemente, quando o indivíduo encontrar esse “instante congelado”, ele está propenso a lembrar-se de alguma emoção (Felipe; Pinho, 2019).

A lembrança não é algo que se apresenta de forma isolada ao rememorar o passado, ela envolve também outros sujeitos, negociando com as dinâmicas presentes, selecionando o que será lembrado e dessa forma, também o que será esquecido. Desta forma, a lembrança é um ato complexo que exige do sujeito atenção aos sentimentos e às técnicas de evocação (Rovani; Marques, 2014).

A maneira como a lembrança é evocada, diferencia-se pela divisão de tempo e espaço e pelas categorias estruturantes da memória: divisões do tempo, singulares para cada grupo, auxiliando na distinção de épocas para que conteúdos possam ser examinados, oferecendo uma ideia de mudança; espaço, sugerindo uma imagem de estabilidade e permanência (Araújo; Mahfoud, 2002).

A fotografia funciona nas nossas mentes como uma espécie de passado preservado, onde a cena é congelada. Lembranças de um momento carregado de conteúdos simbólicos significativos. Toda a fotografia está relacionada ao passado, mesmo as que tiramos semana passada, pois esse momento vivido não voltará, ficará apenas registrado na memória ou em forma impressa para a posteridade (Monego; Guarnieri, 2012, p. 74).

Diante disso, quando o indivíduo observa uma fotografia de um evento vivenciado pelo mesmo, ele desenvolve a lembrança dos detalhes daquele acontecimento. A lembrança permite rememorar até coisas que não estão presentes na fotografia, recordando, por exemplo, qual era a tonalidade da roupa, o perfume, as pessoas presentes, as conversas etc. A lembrança desencadeada pela fotografia estimula sentimentos, rir e chorar, é a força que a fotografia exerce sobre as emoções através da lembrança (Oliveira; Manini, 2017).

2.3 POSSIBILIDADE DE RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DA FOTOGRAFIA

Tendo em vista a abordagem da memória, há de se considerar questões de tempo e armazenamento de informações. A memória é um fator primordial para a reconstituição do passado, seja de forma individual ou coletiva, considerada como um recurso essencial para a compreensão da identidade e da história. A memória reconstrói e define a história, conservando acontecimentos do passado (Monego; Guarnieri, 2012).

Um fator indissociável da memória é a fotografia. A utilização de fotografias funciona como uma espécie de memória social, onde é possível registrar momentos, pessoas e locais que não existem mais, ou que foram modificados. Desde muito tempo as máquinas fotográficas permitiram uma fixação rápida e instantâneas de cenas vividas por diversos grupos sociais e pelos próprios indivíduos, graças ao registro de imagens que, hoje, servem de memória. Nesse viés, a fotografia é muito utilizada na reconstrução de memórias, pois a realidade gravada na fotografia torna-se a passagem de um momento, de uma memória, de costumes, de fatos sociais, de uma comunidade (Monego; Guarnieri, 2012).

Assim como a palavra, a voz e a memória, guardadas em arquivos gravados que, mesmo sendo uma centelha da memória de sujeitos, as fotografias também são fragmentos do espaço que se pretende compreender e podem se tornar incontáveis memórias de uma comunidade. Por isso vale ressaltar a importância da contribuição da história oral e da fotografia como reveladora de valores, em que se procura registrar aquilo que os sujeitos utilizam para se relacionar com o espaço e a natureza em que vivem (Nunes, 2014, p. 68).

Ao se tratar de fotografias e sua relação cultural, Mendes (2019) afirma que, a questão da memória é um aspecto crucial quanto à cultura, já que a fotografia também desempenha um papel sociocultural, tornando-se um arquivo de preservação da memória do mundo. Assim sendo, lidar com arquivos fotográficos envolve aspectos da relação com o real imediato aparente, resultado de um potencial técnico sensorial da linguagem fotográfica. Portanto, a partir da imagem (fotografia) coletada, constroem-se rumos e memórias que dialogam com uma rede cultural em seu entorno.

Como citam Felipe e Pinho (2019, p. 96):

A fotografia fornece informações para que o passado seja atualizado e reutilizado no presente. Permite também um melhor entendimento do que se passou na história, como guerras, desastres naturais. Ao se deparar com fotografias desses acontecimentos, se pode ver os detalhes, que muitas vezes os textos não seriam capazes de narrar. É o conteúdo, a imagem congelada, uma cópia fiel que a torna mecanismo da memória individual, coletiva e social. A fotografia toca cada um à sua maneira, é objeto de construção social, mediação cultural e fonte histórica.

Frente a isso, Feitosa (2021) explica que a memória de cada indivíduo tem a capacidade de reconstruir a própria história evolutiva. O armazenamento de informações pode ser acessado a qualquer instante, a partir das lembranças que caracterizam e definem o contexto histórico de vida individual e social. A fotografia tem relação com a memória a partir do momento em que ela remete a uma realidade já transcorrida no tempo, ativando as lembranças ao instante cristalizado pela imagem fotográfica. Atualmente, cada vez mais, a fotografia tem sido utilizada como ferramenta de reconstrução e rememoração de fatos passados, desencadeando memórias trazidas do passado para o presente, tornando-se um registro perpetuador da história, que não pode ser excluída ou perdida no tempo.

Somado a isso, a sociedade, ao reconhecer a fotografia como testemunho do passado, de uma história, tem valorizado, cada vez mais, essa forma de disseminar a cultura em detrimento da história de um povo e da criação de um patrimônio histórico. Portanto, é comum a prática de organizar arquivos fotográficos, realizar exposições, difundir imagens em grupos

de redes sociais com o intuito de alimentar a memória coletiva, tudo a partir de fotografias antigas (Ferreira, 2021).

A partir de uma fotografia pode desenvolver-se uma história e estudar a História. Se por um lado a fotografia convoca emoções, através da recordação, o estudo do seu aparecimento e evolução retratam a sociedade e a História da Humanidade. A alta produção de imagens e o imenso arquivo digital dos nossos dias faz com que a História rapidamente caia no esquecimento (Ferreira, 2021, p. 33).

Destarte, Barros (2017) fundamenta que o passado e a memória não se conservam, eles se constroem. A memória de uma fotografia não remete apenas ao passado, mas também a um presente reconhecido na ancestralidade, estendendo-se para o futuro. A fotografia tem um papel importante na conservação de certas informações que integram a memória, criando mundo, imaginação e rerepresentando dados de percepção. A longo prazo, a fotografia traz uma projeção do passado e uma memória do futuro.

Batista (2017) complementa que a representação fotográfica se interpõe a uma pluralidade de ações normatizadas cultural e historicamente pela sociedade. As fotografias transpõem barreiras daquilo que é visível para se comunicar com o simbólico, impressionando, comovendo, incomodando e provocando nas pessoas diferentes sentimentos. O sentido que ela adquire está direcionado a carga cultural e às vivências pessoais.

A fotografia é mensagem e expressão, que se confere através do tempo, sendo constituída por unidades culturais com funções signícas diferentes, de acordo com o contexto no qual é veiculada e o local que ocupam no interior da própria mensagem. Compreender a complexidade da dinâmica do objeto fotográfico na sociedade contemporânea é interpreta-la como um trabalho social de produção de sentido, pautado em códigos convencionalizados culturalmente, e, portanto, reafirmando a necessidade de contextualização (Batista, 2017, p. 23).

A partir dessa concepção, esses fragmentos de memórias guardados em fotografias constituem um norte de referência afetiva e sua reminiscência remete involuntariamente a espaços significativos no tempo. Pensar em uma fotografia coloca o ser humano no campo da dimensão afetiva, remetendo-o ao passado. A memória involuntária do indivíduo permite alcançar tempos diversos e múltiplos, em que uma outra dimensão da experiência humana aproxima estética, sensibilidade e história (Manini; Oliveira; Gomes, 2022).

Uma vez que, as fotografias são carregadas de elementos simbólicos, ideológicos e culturais, estes, por vezes, são negligenciados. O sujeito não as reconhece como uma imagem construída, como uma leitura do mundo ou uma interpretação transformada. Enquanto prática social, a fotografia deve compor diferentes formas de territorialidades e diferentes funções,

dentre elas: documentar, registrar, expressar e comunicar. Está cada vez mais ao alcance das pessoas, tanto pela possibilidade de fotografar, quanto pela simples observação de imagens já fotografadas, permitindo ressignificar conceitos (Batista, 2017).

3 GUAPORÉ EM FOTOGRAFIAS: REGISTRO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL E FONTE HISTÓRICA

No que se refere ao contexto acerca do patrimônio cultural, Souza *et al.* (2021) explicam que o mesmo está relacionado aos aspectos da cultura que foram ligados pelas sociedades pretéritas e que, nos dias atuais, deveriam ser protegidos e valorizados como herança. Um patrimônio cultural pode ser classificado em diversos grupos, dentre os quais: arquitetônico, arqueológico, artístico, religioso, natural, entre outros.

De acordo com Costa, Johansen e Monastirski (2018), a imagem fotográfica captura e expressa um momento vivido. A imagem é uma construção social e/ou uma forma narrativa do olhar de um fotógrafo. Ela é, ainda, uma forma de repertoriar valores compartilhados por aqueles que são fotografados. A fotografia é uma unidade de registro, de arte, a qual mostra-se como reveladora não só da atual realidade, mas também do simbólico, já que ela traz sentidos/significados.

Tendo em vista que, o patrimônio refere-se a um produto cultural criado, que assume significados no processo de formação/manutenção/transformação nas mais variadas vivências cotidianas de diversos grupos humanos, a identificação desses grupos indica um patrimônio cultural. O patrimônio cultural associa-se à memória social, de modo que um bem possa ser reconhecido como tal (Costa; Johansen; Monastirski, 2018). Nesse sentido, “[...] as fotografias podem constituir o patrimônio, quando relacionadas a um determinado bem material ou imaterial, ou seja, dotado de valor de musealidade. A fotografia em si, passa a ‘emanar’ valores como documentalidade, testemunhalidade, veracidade, entre outros” (Silva; Orlando, 2019, p. 146).

A fotografia permite apreciar o momento, organizar o tempo e a memória histórica. A fotografia é a arte de registrar a história numa linguagem imagética. Assim, a fotografia revela a beleza instantânea de um momento de sensibilidade e transmite a emoção através da imagem capturada (Rovani; Marques, 2014).

Posto dessa forma, muitas vezes a fotografia é em si mesma um patrimônio, pois registra a memória do coletivo. Por vezes, esses registros se relacionam com prédios, objetos, paisagens. Neste trabalho, nos aprofundaremos na ideia dos valores que podem ser associados à fotografia. Dentre os valores que podemos atribuir, estão dotados o valor de documento, e por isso, tomados como índice, testemunho do tempo, da passagem do tempo (Silva; Orlando, 2019, p. 144).

Por todos esses aspectos, a fotografia, enquanto parte do patrimônio cultural brasileiro, é objeto de atenção de diferentes disciplinas, nos seus mais variados aspectos. Por cumprirem muitas funções e atendendo aos mais diversos critérios, as fotografias também se encontram custodiadas em arquivos, museus e bibliotecas, dentre outras instituições públicas ou privadas de caráter cultural, bem como fundos e coleções, estando, assim, presentes em toda parte (Malverdes; Lopez, 2016).

Olhar para uma imagem e poder descrever com detalhes o fato acontecido, a vestimenta dos personagens, o lugar fotografado, os sentimentos vivenciados na ocasião do clique da máquina sempre é um exercício muito fascinante, pois faz renascer em nós os mesmos sentimentos outrora vivenciados, tais como alegria, saudade, tristeza, dor, esperança. Tal exercício pode nos levar a rememorar não apenas o que está revelado na fotografia, mas outros acontecimentos que tenham algum tipo de verossimilhança com aqueles retratados naquele suporte de papel (Oliveira; Manini, 2017, p. 350).

A fotografia é um meio de registro que contribui para narrar a vida das pessoas, das famílias e os processos de desenvolvimento cultural ou transformações ocorridas no ambiente ao longo do tempo. Por registrar momentos e situações da vida, constitui-se como uma fonte histórica que revela aspectos da cultura material, costumes, relações sociais e de poder, entre outros. Ela contém fragmentos de momentos passados, permitindo análises e levantamentos de informações relacionadas ao contexto em que foi produzida. A mesma pode ser considerada um documento histórico que permite investigar a vida das pessoas em um determinado período da história, em uma determinada época (Stadler, 2013).

Ao legitimar a fotografia como fonte histórica, é preciso determinar a postura que esse tipo de documento mostra quando o indivíduo faz uso dele. As fotografias podem representar múltiplas interpretações, que vão desde portadoras de mensagem a documentos. A fotografia traz muitos sistemas sógnicos que integram o quadro cultural de uma sociedade. Enquanto fonte histórica, é imprescindível perceber a relação existente entre a fotografia e aquilo que ela, de fato, representa (Oliveira; Maninin, 2017).

Para Medeiros e Alencastro (2018), a fotografia tem a capacidade de registrar um momento específico da história, apresentando a imagem como evidência do ocorrido e como meio de preservar lembranças. No entanto, a partir do momento que a fotografia chega nas mãos de grande parte da sociedade, é possível notar a perda dessa sensação de momento único que a fotografia tende a manifestar. Hoffmann (2015) complementa que, quando interpretada corretamente, a fotografia contribui para desvendar aspectos que não ficam claros a partir de outras formas de registros, ajudando a recuperar a história daquilo que não foi escrito ou

documentado. Ela também representa um papel importante na transmissão de informações sobre o passado das sociedades para gerações mais jovens.

Nesse ínterim, a fotografia pode ser considerada uma fonte histórica se a tornarmos um fragmento da realidade, ou seja, um aspecto relacionado ao passado, onde houve a decisão de registro e fixação de um certo dado, uma situação. Neste caso, é importante levantar aspectos contidos na fotografia e sua contextualização, de modo que se possa perceber os conteúdos subjacentes e os motivos para ser considerada fonte histórica. Assim, além de ser utilizada como ilustração de um texto escrito, com o intuito de reforça-lo, a fotografia histórica também pode trazer informações e mensagens como subsídios para a construção do conhecimento e entendimento de um momento passado (Sônego, 2010).

Porém, Costa, Johansen e Monastirsky (2018, p. 7) adverte que:

A fotografia, entendida como fonte histórica, apresenta demandas próprias para que se estabeleça como documento confiável, sua análise e leitura mobilizam habilidades específicas que a diferem de outros tipos documentais. Quando o documento fotográfico é criado com o objetivo de servir a demandas historiográficas, vemos esse caso ainda mais agravado. Nesse sentido, incorre-se no perigo de produzir o que ortodoxamente se identifica como foto histórica, ou fotografia destinada a posteridade.

Em adição, no entendimento de Manini, Oliveira e Gomes (2022), a fotografia, enquanto documento, auxilia no contato com a cultura de um determinado tempo e lugar. Ela instiga o ser humano a desenvolver uma memória coletiva, organizando visualmente grupos sociais, paisagens e fatos de uma mesma sociedade. Enquanto documento e registro histórico, a fotografia engloba todo um contexto histórico, técnicas utilizadas, referências internas e externas, acervo, dentre outros dados.

Isto posto, Silva (2022, p. 2) enfatiza a importância das fotografias como patrimônio histórico de uma cidade, ao referir que:

Através de fotografias, que as pessoas guardam em casa, observamos como grafias escrevem com luz espaços de pertencimento, onde a cidade, muitas vezes, exclui, desconhece, reprime. Como extensões do próprio corpo, elas cartografam rastros, passos, existências. Elas tomam posição, acionam vidas, evocam biografias e com elas abrem possibilidades para pensarmos a própria biografia da cidade. As fotografias, no(...), são metáforas, permitem-nos transladarmos os espaços já delineados da cidade para neles inscrevermos as narrativas, as memórias e os sonhos dos que o habitam, que se guardam em seus álbuns e nas dedicatórias em seus versos.

Adicionalmente, Schvambach, Michelon e Bonilha (2009) também dissertam sobre a importância da fotografia para compor a memória de uma cidade. Segundo a autora, o uso da

fotografia ao longo dos anos foi adquirindo várias especificidades, sendo que uma das principais funções do século XIX foi a de registrar o espaço urbano. Assim, a fotografia oportunizou a apreensão destes momentos, por meio do registro das novas transformações sociais e culturais que atingiram cidades, onde tais transformações também causaram o aparecimento de alterações urbanas.

Conquanto, a imagem fotográfica proporcionou a possibilidade de registrar, com perfeição de detalhes e rapidez, cenas que se desejava guardar, tais como ocasiões sociais para recordar e até mesmo documentos e objetos memoráveis. Nesse cenário, a fotografia constituiu-se como um instrumento capaz de guardar a imagem de uma cidade e fazer ver a cidade por meio de sua representação visual (Schvambach; Michelon; Bonilha (2009).

A partir disso, Alencar e Araújo (2021) argumentam que a pesquisa em fotografias sobre uma localidade, um município, é um meio de tentar contar um pouco da história desse local, tendo em vista que, o número de informações ou arquivos que revelam a histórica deste local pode ser mínimo e insuficiente para se entender todo o contexto histórico vivenciado por uma população da época. As fotografias ajudam a ampliar a capacidade de interpretação dos fatos, fundamental para a compreensão da história, das memórias e do contexto acerca da imagem registrada em um período passado.

Não obstante, fotografia guarda consigo características objetivas que correspondem aos limites de tempo e espaço social, ordenados simbolicamente, os quais permitem ao indivíduo entrar em contato, examinar e transmitir um universo de significados, a partir dos limites de espaço-temporais aos quais está sujeito. Fontes fotográficas oferecem recursos, sendo consideradas como instrumento de análise de muitas situações, possibilitando conhecer e compreender um universo físico social e elementos comuns de uma cultura (Araújo; Mahfoud, 2002).

Com base no exposto, a fotografia, enquanto fonte de informação histórica, é também um instrumento de prova ou de valor documental, referente a um determinado acontecimento em um período de tempo anterior. Frente a isso, é indubitável que ações preventivas e estratégicas sejam definidas para que a memória seja disseminada e durável por um longo período de tempo, na intenção de que futuras gerações percebam que a história carrega uma infinidade de informações valiosas, uma vez que, é melhor preservar do que restaurar (Moura; Araújo, 2017).

3.1 COLÉGIO SCALABRINI

Algumas escolas costumavam individualizar os sexos, existindo desta forma escolas masculinas, escolas femininas e algumas mistas. Desta maneira o Colégio Scalabrini de Guaporé, uma escola dirigida por Irmãs Carlistas, voltada principalmente para a educação das meninas, das quais algumas eram internas, com ensinamento específico para as moças, como aulas de bordado, costura, etc., que ocorriam nas horas de folga. Com o tempo houve também lugares para os meninos, fazendo aulas mistas

Nos primórdios, Guaporé recebeu as Irmãs, chamadas popularmente de “Mônegas”, já que a escola era uma novidade para a Vila, dependendo na época do trabalho individual de duas professoras municipais.

O primeiro prédio, de 1917, que serviu de sede do Colégio Scalabrini, mantinha também a função de Casa Paroquial, e localizava-se aproximadamente onde funcionou a agência da Ford em Guaporé e hoje se situa o Banco Sicredi, na esquina entre av. Silvio Sanson e a av. Mr. Scalabrini, - um prédio de madeira elevado do chão por vezes enlameado e úmido, servido por uma escadaria. (descrição da fixa do Museu)

O segundo prédio, de 1925, situou-se um pouco ao lado do primeiro, em terreno onde também funcionou a antiga Estação Rodoviária e hoje se encontra a Joalheria Sebben. Em alvenaria, e com letreiro na fachada, a escola ganhava uma edificação mais sólida e resistente ao tempo.

A construção do terceiro prédio é datada da década de 1930. Uma casa de madeira situava-se naquela esquina, que já na época contava com a velha escadaria na esquina.

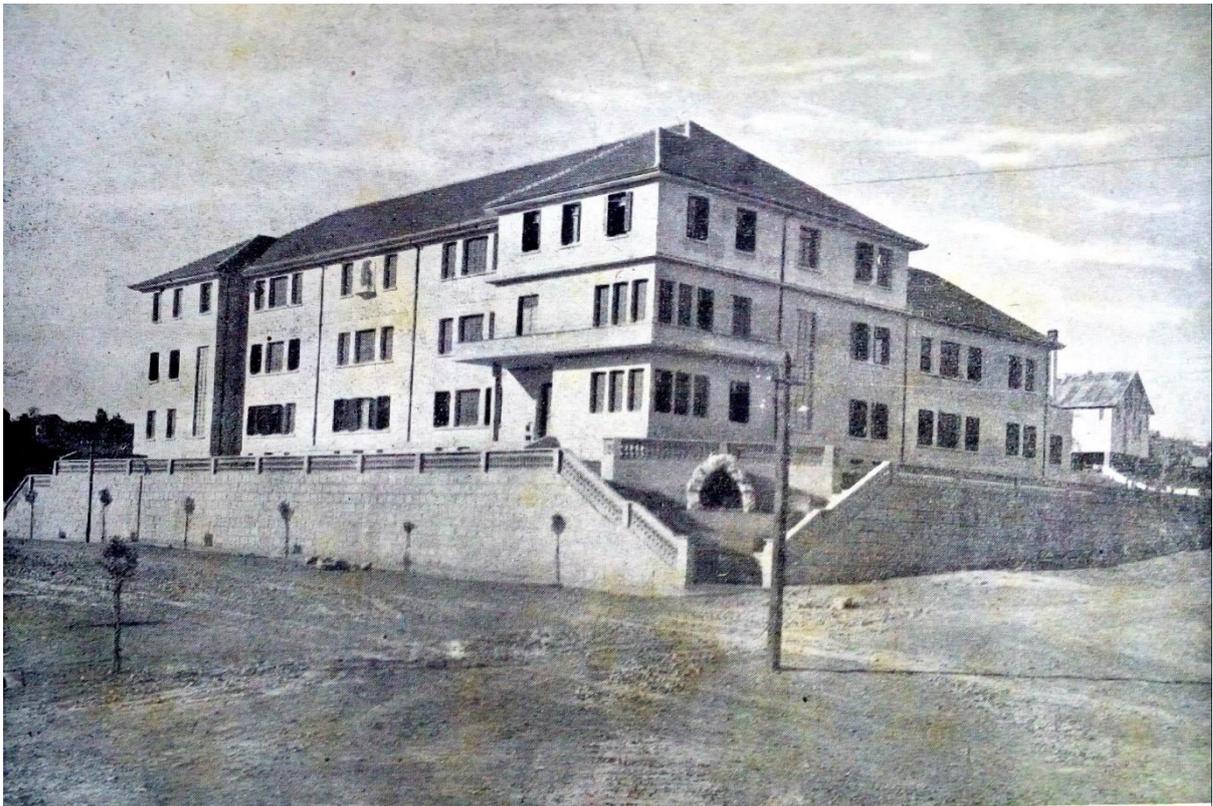
No colégio, eram ministrados ensinamentos que abrangiam desde a alfabetização até a catequese. Quem quisesse aprofundar os estudos, tinha que estudar fora. E assim formaram muitas futuras professoras de Guaporé, indo aprender o ofício em outros centros.

Com muitas matrículas, entre elas internas, semi-internas e a maioria externas, as dependências da escola ficaram pequenas. Com a vinda do Pé Ângelo Corso à cidade, inaugurou-se uma nova época na história para as escolas religiosas e para o estabelecimento. Em 1939, iniciaram as tratativas e compra de lotes para que, em 1940, iniciasse as obras do novo Colégio Scalabrini, situado no alto de um pequeno morro, onde se encontra até hoje.

Por volta de 1940, teve início a construção do atual prédio da escola, com três pavimentos, localizado em uma esquina elevada.

A direção do antigo Colégio Monsenhor Scalabrini desta localidade, encorajada pelo grande progresso que se vem verificando no Município, nestes últimos anos, compreendeu que não podia continuar a funcionar no velho prédio onde se achava instalada desde 1917. A sua condição de inferioridade em relação aos demais, tornou-se chocante. Veio, então, a reação e levanta-se em plena zona urbana em local muito aprazível, um edifício como não há igual no interior e com “instalações superiores as exigências locais (Girelli, 2003, p. 167).

Figura 4 – Foto do Colégio Scalabrini, datada de 1940



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

As Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas marcaram sua presença no Rio Grande do Sul em 1915, quando foram convocadas pelo Padre Carlos Poggi para se mudarem para Bento Gonçalves.

A partir de Bento Gonçalves, as irmãs scalabrinianas começaram a expandir suas atividades pelo estado, atingindo localidades como Porto Alegre, Farroupilha, Roca Sales, Anta Gorda e Caxias do Sul. Esta última tornou-se a sede da província Imaculada Conceição, a segunda província a ser estabelecida no Brasil. Já as irmãs missionárias de São Carlos Borromeo iniciaram sua atuação em Guaporé em 1917, quando se instalaram em uma sede, feita de madeira, na avenida Sílvio Sanson, perto do cruzamento com a avenida Monsenhor Scalabrini. Nesse local, elas promoviam atividades de colégio e Casa Paroquial. Em 1925, o Colégio Monsenhor Scalabrini mudou sua sede para a avenida Monsenhor Scalabrini, em frente

à praça central, agora com uma nova e destacada fachada em um edifício de alvenaria com dois andares, melhorando a acolhida aos alunos.

Finalmente, dá-se o início à edificação do espaço que atualmente é reconhecido como Colégio Scalabrini. Localizado em um extenso terreno na interseção das ruas Salgado Filho e Manoel Francisco Guerreiro, a construção começa ao lado de uma simples casa de madeira, que já possuía a clássica escadaria que até hoje embeleza a entrada da instituição.

Na imagem podemos notar a estrada ainda de barro, a construção antiga da casa das irmãs, a qual era uma casa simples, de madeira sem muito luxo e logo ao lado o início da nova construção, a qual mais tarde seria a Escola Scalabrini. Imagem datada de 1939.

Figura 5 – Colégio Scalabrini, foto datada de 1939



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

3.2 HOSPITAL MUNICIPAL DE GUAPORÉ

O primeiro hospital da cidade de Guaporé funcionou em um prédio localizado ao lado da Farmácia Tedoldi. Era o Hospital Tedoldi, sob a administração e serviços da própria família, que tinha nos descendentes de Martino o seguimento no ramo da saúde. O aumento na demanda de pacientes, - reflexo do aumento da população-, fez surgir novos leitos, enfermarias, etc. Por isso, durante alguns poucos anos, ocupou-se o prédio do antigo Banco Pelotense, hoje prédio do SESI, para as atividades hospitalar em Guaporé. Em 1941 construía-se definitivamente o Hospital Municipal, que em 1964 se passou a chamar Hospital Municipal Manoel Francisco Guerreiro, funcionando em um lote um pouco afastado do centro da cidade urbano, que mais tarde foi incorporado pela região urbanizada, ganhou várias ampliações e melhoramentos durante todas as décadas desta última metade de século, até os dias de hoje.

Considerando a necessidade da população guaporense, que diariamente transferia seus enfermos para os hospitais de Bento Gonçalves, Estrela e Lajeado, ou recorrendo em casos de enfermidades graves à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, o prefeito Manoel Francisco Guerreiro iniciou a construção do Hospital Municipal em 1941.

Adquirindo, mediante concorrência pública, uma área de 10.000 m² do Sr. Luiz Batiston ao custo 16:000\$000, o hospital contava com dois pavimentos, ocupando uma área inicial de 836 m². Em localização central que dominava toda a cidade, a obra orçada em 400:000\$000 custou Cr\$ 649.792,30 (o Decreto-lei n. 4.791 de 05 de outubro de 1942 instituiu o cruzeiro como unidade monetária brasileira, com equivalência a um mil réis), incluindo estrutura predial, muros de contenção e vedamento, captação de água, dependências e mobiliários. A construção, de responsabilidade da firma Cremonese & Cia. Ltda., foi oficialmente inaugurada e entregue a comunidade guaporense em 21 de dezembro de 1943.

Com 50 metros de frente, e a forma de um E, quando inaugurado contava com 23 quartos para enfermos contribuintes, duas enfermarias com o total de 20 leitos, uma maternidade com mais 12 leitos, uma repartição de isolamento para casos suspeitos, os quais na época não se tinham conhecimento exato do que poderia ser com outros seis leitos. Duas salas de operações assépticas e uma séptica, sala de partos, copa, cozinha, lavanderia, almoxarifado, sala de passagem e secagem de roupas, necrotério, sala de velório, sala de desinfecção e rouparia, além de três salas de refeição. A direção do hospital ficou sob a responsabilidade do dr. Homero Tarragó, auxiliado pelo conselho fiscal composto pelos srs. Josué Ponzi, José Vespasiano Predebon e Heitor Bergamini. Imagem datada de 1943.

Figura 6 – Hospital Municipal Manoel Francisco Guerreiro, foto datada de 1943



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

3.3 PREFEITURA DE GUAPORÉ

Em 1917 foi despendida de 1º de novembro do ano passado a 31 de outubro findo a importância de 12:691\$835 reis... O custo da obra até 31 de outubro findo montava 66:148\$861 reis...

Pretendo fazer em janeiro a mudança da Intendência para o novo edifício a fim de aproveitar o atual para a instalação e funcionamento do Grupo escolar que conforme promessa do Exmo, Sr. Presidente do Estado será, no próximo anos, criado aqui, criação esta que já deveria ter sido feita se não se antepusesse a ela a falta absoluta de um prédio adequado (Girelli, 2003, p. 147).

Onde anos mais tarde, o então Intendente Manoel Francisco Guerreiro modificaria a fachada do prédio, acrescentando elementos, suprimindo outros e instalando uma torre com relógio.

Em 1928, o prédio da então Intendência foi provido de um serviço sanitário com a construção de um edifício para a instalação de 3 latrinas patentes, 2 banheiros e um mictório, seguidos de uma fosse tipo Besault⁷ e um tanque de oxidação. Foram instaladas também 2 pipas,

⁷Besault foi um médico francês do século XIX que contribuiu para o avanço da terapêutica e da farmacologia, sendo reconhecido principalmente por seu trabalho na sistematização do uso de medicamentos. Ele também é frequentemente associado ao desenvolvimento de métodos clínicos mais específicos em uma época de transição para práticas médicas baseadas em evidências.

sendo uma no quartel e outra na secretaria para o uso dos funcionários, além de outras torneiras deixadas para usos diversos.

Esse era um melhoramento cuja falta fazia a tempos, por que até então a água para o serviço interno da Intendência vinha em baldes da vizinhança e o despejo de material fecal era feito em caixões de madeira, que, além do perigo de infiltração na terra, havia a natural exalação do mau cheiro.

O então prefeito da cidade Manoel Francisco Guerreiro fez novamente alterar a configuração do prédio oficial da municipalidade, na década de 40, construindo o segundo pavimento e simplificando a ornamentação decorativa do mesmo, adequando-se ao estilo proto-modernista.

1942- EDIFICIO DA PREFEITURA- Verificando que a edifício onde estão instalados os serviços da Prefeitura, que fora construído em 1917, pelo então prefeito Coronel Agilberto Atílio Maia, se ressentia da falta de espaço, devido ao desenvolvimento que tem sido os diversos serviços, tanto que muitas secções acham-se funcionando em salas acanhadas, outras, como a contadoria, tesouraria, fiscalização e serviços industriais em dependência comum, sem o necessário espaço, mandei organizar uma planta para ampliar o atual prédio, cujas bases são sólidas e comportam perfeitamente um segundo pavimento destinado ao salão nobre, gabinete do prefeito, secretaria, arquivo da correspondência em movimento, sala de espera, hall, biblioteca, gabinete do presidente do conselho, secretaria e serviços sanitário. No primeiro pavimento ficarão instalados a tesouraria, a contadoria com gabinete privado para o chefe de serviço, inspetoria escolar, subprefeitura e junta de alistamento militar, almoxarifado e serviços industriais, arquivo da contadoria, C. da Liga Brasileira de Assistência e portaria... O custo da oba está estimado em Cr\$ 280.000,00 e poderá ser custeado com os respectivos saldos (Girelli, 2003, p. 150).

É notável que até os dias de hoje, pequenas alterações funcionais e de conservação foram sendo realizadas, permanecendo, entretanto, do projeto original, as espessas paredes em alvenaria, o piso do saguão de entrada, em ladrilho, as esquadrias, o salão nobre e os porões, que antigamente abrigavam a cadeia municipal, e hoje abrigam departamentos da Prefeitura.

Figura 7 – Primeira configuração do prédio da Intendência, na foto ainda sem o relógio, construída na década de 20 (1923-24)



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Figura 8 – Prédio da Intendência na década de 30, onde aparece além do relógio na torre, os “leões de chácara”



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Figura 9 – Fundos da Intendência da década de 30, destacando-se os portões que abrigavam a antiga cadeia



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

3.4 BANCO PELOTENSE

Para exemplificar a evolução dos prédios históricos comerciais na composição e transformação do sítio histórico de Guaporé, recorreremos a análise do prédio do antigo Banco Pelotense- atual SESI.

O prédio do antigo Banco Pelotense, a exemplo das primeiras edificações de alvenaria, possuía apenas o andar térreo e um pequeno porão para ventilação do assoalho de madeira, a fim de impedir o seu apodrecimento. Na antiga fachada, já existia o frontão de esquina, com a inscrição indicativa de “filial” logo acima do símbolo do banco. Na platibanda que esconde o telhado, a esquerda, outro frontão ajuda na ornamentação do estilo eclético da época, com inclinação ao neoclássico, através da modulação repetitiva das esquadrias.

Mais tarde, o primeiro Hospital, conhecido como Hospital Tedoldi, que funcionava logo abaixo da atual Farmácia Tedoldi, já não se mostrava com instalações suficientes para a população guaporense. Após o prédio do Banco Pelotense em Guaporé ter sido destruído por um incêndio e a instituição ter declarado falência, o edifício foi adquirido, e um pavimento

adicional foi construído. Nesse local, passou a funcionar o segundo hospital da cidade, o Hospital Santo Antônio, com instalações adaptadas para atender às necessidades da comunidade. Porém, funcionou por pouco tempo,- três anos, até que fosse definitivamente concluído o Hospital Municipal, em 1943. Nesta ampliação os frontões permaneceram, sendo elevados ao segundo pavimento. Os detalhes de encabeçamento das vergas nas janelas não foram repetidos no pavimento superior, que receberam ornamentos diferentes.

A partir dali o prédio do antigo Banco Pelotense e Hospital Santo Antônio para muitas coisas se prestou: residência, comercio e até como hospedaria. Agora abriga SESI- Guaporé.

Figura 10 – Banco Pelotense, atual SESI, foto datada de 1928



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Figura 11 – Banco Pelotense, atual SESI, foto datada de 1942



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

3.5 MABI INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA

A rua 14 de Julho, em Guaporé, sediava uma das mais importantes fábricas de poltronas para cinemas e mobílias em madeira do Rio Grande do Sul. A Mabi Industrial Madeireira Ltda, dirigida pelo Sr. Ângelo José Bordin, dedicava-se a fabricação de poltronas para cinemas e teatros, cadeiras e mesas para cafés, clubes e restaurantes, lambris de madeiras finas ou artisticamente decoradas e esquadrias de madeira perfeitamente alinhadas. As poltronas da empresa guaporense,, eram encontrados nos cinemas Marabá, América e Ritz, nos auditórios das renomadas Escola de Cadetes, Escola Parobé e Colégio Americano, nos auditórios do jornal Correio do Povo, da Rádio Difusora Portoalegrense e do Círculo Social Israelita, além da então Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Os produtos da marca “MABI” foram levados para estabelecimentos, sociedades e prefeituras de todo o Brasil, até que um incêndio em 1945 devastou as dependências deste importante empresa guaporense.

É observado na fotografia- imagem 12 abaixo a antiga Industria Madeireira Mabi LTDA, na qual o seu prédio contava com duas entradas principais, as mesmas eram próximas do chão batido, sendo separados apenas por um pequeno degrau. Sua fachada era simples, sem muito luxo e detalhes, por dentro o prédio não era tão diferente dos demais da sua época. Podemos observar na fotografia ao lado direito que este prédio era composto de madeira, fazendo a divisão de locais, e alvenaria fazendo a estrutura do mesmo.

Já na imagem 13 é possível observar o Sr. Ângelo José Bordin e um de seus funcionários de “braço direito”, com seus respectivos veículos, atrás deles também é possível observar pessoas, provavelmente funcionários da maior e mais conhecida indústria de madeira do estado de Rio Grande do Sul para a sua época. Notamos atrás desta imagem que já era possível a utilização de veículos pelas ruas de Guaporé, mesmo não tendo asfalto. Outro ponto bem importante é que somente as pessoas de classe alto- donas de empresas e/ou comercio, tinham acesso ao poder de consumo de veículos, devido ao seu valor elevado para a época.

Figura 12 – Mabi Industrial Madeireira Ltda, foto datada de 1940



Fonte: Museu Municipal de Guaporé

Figura 13 – Mabi Industrial Madeireira Ltda, foto datada de 1940



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

3.6 CURTUME GUAPORENSE

Fundado por Carlos Termignoni e Silvio Corbetta, o Curtume Guaporense dedicava-se especialmente a curtição de peles suínas. Carlos Termignoni nascera em Lissandria, Piemonte, na Itália, onde formou-se no Instituto Industrial de Zootecnia e Laticínios de Reggio Emílio. Em 1912 emigrara para o Brasil após ser contratado para lecionar zootecnia e fabricação de laticínios no Instituto Borges de Medeiros de Agronomia e Veterinária, em Porto Alegre.

Após alguns anos lecionando, Termignoni passou a dedicar-se as atividades comerciais, deslocando-se para o município de Guaporé, onde encontrava-se seu colega de escola em Reggio Emílio, o lígure Silvio Corbetta. Em sociedade, ambos se dedicaram ao comércio de queijos e produtos suínos. Abriram um depósito em Porto Alegre e compraram diversas leiterias em Guaporé para a produção. A empresa denominou-se Corbetta e Termignoni e, em 1919, com a entrada de novos sócios, passou a denominação de Corbetta, Termignoni & Cia. Em 1920, depois de estudar a realidade local e a potencialidade em relação a matéria-prima, nasceu o Curtume Guaporense. “Com meia dúzia de tabuas verticais e telhado de madeira, sob a forma

de um verdadeiro galinheiro, instalações que lhe teriam custado apenas 500 mil réis” (Girelli, 2003, p. 54).

O Curtume Guaporense comercializava sua produção especialmente em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1924, a produção atingiu a cifra de cerca de cem mil couros suínos, três mil couros ovinos e mil bovinos, alcançando um capital de 800. Pode-se dizer que o Curtume Guaporense foi uma das principais empresas na geração de emprego do município de Guaporé.

Na fotografia 15 é possível notar além do prédio onde se localizava o Curtume de Guaporé, alguns de seus trabalhadores e suas vestimentas. Os homens mais velhos em sua grande maioria usavam bigode e vestimentas mais simples, camiseta, calça as quais estavam rasgadas ou sujas pela grande demanda de trabalho e quando muito suspensórios.

Já os homens mais novos utilizavam camiseta, calça, cinto, chapéu e/ou boné e suspensórios, alguns chegavam a usar lenço no pescoço. É imprescindível se notar a presença de algumas mulheres e crianças.

Na fotografia número 14 já é possível notar as famílias de alguns fundadores da empresa Curtume Guapore. A grande maioria de vestimentas de classe média alta, portanto paletó para os homens, vestidos limpos e bonitos assim como joias para as mulheres.

Na fotografia 16 a imagem se dá um pouco distante do prédio citado acima, tendo a vista pela parte de trás do Curtume Guaporense, o qual está identificado por uma flexa na fotografia. É possível também notar que nesta época, 1924, a cidade de Guaporé já contava com algumas residências, as quais iam se expandindo e ganhando novos vizinhos com o passar dos anos, pessoas essas que vinham de diferentes regiões do Brasil, e até mesmo da Itália para tentar uma nova vida na “cidade da hospitalidade”.

Figura 14 – Curtume Gusporense, foto datada de 1924



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Figura 15 – Curtume Gusporense, foto datada de 1919



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Figura 16 – Curtume Gusporense, foto datada de 1924



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

3.7 BANCO POPULAR DO RIO GRANDE DO SUL

Fundado em 6 de agosto de 1919, na Associação Comercial de Porto Alegre, o Banco Popular do Rio Grande do Sul promoveu um enorme esforço de expansão pelo interior do Estado durante o início dos anos de 1920, alcançando o município de Guaporé. Diferentemente do Banco Pelotense, apresentava um caráter popular, não apenas pelo perfil de seus clientes, mas pela sua pulverização entre uma grande quantidade de acionistas.

No entanto, o desaquecimento da economia que seguiu a Quebra da Bolsa de Nova Iorque,⁸ junto com a instabilidade política que assombrava o Brasil em 1930, desencadearam uma fase de grande desconfiança, levando os depositantes a correrem até as agências e sacarem os montantes depositados o mais rápido possível por temerem a perda de seus valores. Este contexto resultou no colapso financeiro da instituição, com seu pedido de falência em 16 de abril de 1930.

⁸A Quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em 29 de outubro de 1929, conhecida como "Terça-Feira Negra", marcou o colapso do mercado financeiro dos Estados Unidos, desencadeando a Grande Depressão. Este evento resultou da especulação desenfreada, do excesso de crédito e da superprodução industrial, levando a falências em massa, desemprego global e à reestruturação das políticas econômicas em diversos países.

Hoje, o prédio que sediava o Banco Popular do Rio Grande do Sul abriga o também histórico e bem-conceituado Café América. O prédio já passou por várias reformas e melhorias, porém, a sua fachada continua a mesma desde 1926.

Figura 17 – Foto Banco Popular do Rio Grande do Sul, datada final de 1920



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

3.8 SEMINÁRIO SÃO CARLOS

O Seminário Apostólico da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos, em Guaporé, foi administrado pelos Padres Carlistas, que atuou como pároco e contribuiu para a concretização da criação dessa escola sacerdotal, marcando sua presença na história de Guaporé.

Os Padres Carlistas, que também receberam de seu Fundador Dom João Batista Scalabrini, um mandato de perenidade de sua vida, e que desde 1895 exerceram a missão no Brasil, há muito tempo pensavam na fundação de uma escola apostólica, que lhes assegurasse

a futura sucessão nos seus trabalhos; mas as dificuldades e os obstáculos não lhe permitiram traduzir em prática as intenções.

Até que enfim, em 1936 os Padres da Província de Rio Grande reuniram-se em torno de seu Superior Provincial, então Reverendíssimo Pe. Domingos Carlino, e num surto de entusiasmos apostólico, resolveram dar início a construção de uma Escola Apostólica a custa de qualquer sacrifício.

Surgiu de imediato a ideia de construir a nova obra da cidade de Bento Gonçalves, mas depois prevaleceu a opinião de que melhor teria sido como de fato foi, fazer cair a escolha, o lugar na cidade de Guaporé. Em setembro do mesmo ano, a Cúria Metropolitana de Porto Alegre concedeu a licença necessária e adquiriu-se o terreno para a construção.

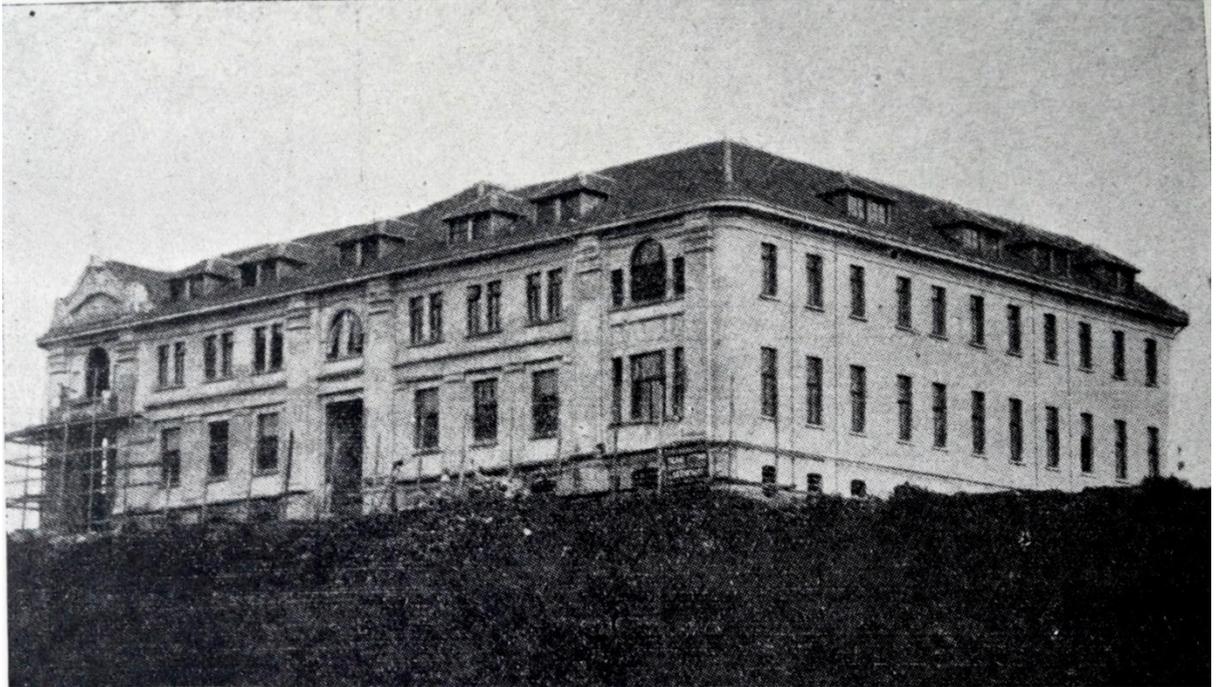
O restante do terreno foi adquirido de uma família particular. Finalmente em 15 de janeiro de 1937, na presença de milhares de pessoas, lançou-se a primeira pedra do edifício, cujo projeto e construção foram confiados ao Sr. Ticiano Bettanin.

Continuaram os trabalhos até que em 28 de fevereiro de 1939, quando, sobre a direção do primeiro Reitor, Pe. Guerrino Segundo Zago, recém chegado da Itália, iniciavam então as aulas com aproximadamente trinta alunos, vindos de várias paróquias.

O Seminário São Carlos abrigou estudantes de todo o país congressos, missas, festividades e até turistas que vinha a cidade para desfrutar da sua tamanha beleza

Na fotografia é possível notar a construção do Seminário São Carlos, o qual se dava por um grande pavilhão, com três andares, dispunha vá-se também de uma entrada principal, todo feito de alvenaria em cima de um morro que continha a vista para toda a cidade de Guaporé.

Figura 18 – Seminário São Carlos, foto datada de 1939



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

3.9 IGREJA MATRIZ SANTO ANTÔNIO DE GUAPORÉ

A Igreja Matriz de Guaporé, contou com três edificações bastante. A primeira construção, já localizada no lado norte da praça central, refletia a simplicidade da vida dos primeiros imigrantes e seus descendentes estabelecidos em Guaporé. Sua construção de madeira iniciou junto com a fundação da colônia, em 1892, e permaneceu até aproximadamente 1915. Entretanto, a mesma serviu para a da reza do terço, da catequese, das missas e celebrações. Porém, não se têm registros das fotografias, devido ao incidente que venho a acontecer, a mesma pegou fogo, destruindo assim a primeira igreja de Guaporé.

No entanto, antes da igreja ser projetada pelo arquiteto e engenheiro prático Ticiano Bettanin, em estilo neogótico francês, e contar com os desenhos nos vidrais feitos por Emílio Benvenuto Zanon, uma segunda Igreja Matriz congregou a vida religiosa municipal. Conforme podemos observar na foto da década de 1920 (imagem 19), a Igreja inaugurada em 1917 e que se preservou até 1938 fora construída em alvenaria e com traços em estilo Romano, ou seja, paredes grossas, janelas pequenas, baixa estatura e pouco adornada. Continuava, porém, a torre do sino construída em madeira no lado leste que lembrava a primeira Igreja. Guaporé prosperava no entorno do triângulo composto da praça, da igreja e da prefeitura.

Seu interior recebia pinturas de anjos e santos, sendo demolida por volta de 1915, para a construção da nova. A madeira da demolição, serviu para a construção de uma residência no interior do município. O morador desta, hoje falecido, contava seus mais de 70 anos convivendo com as mesmas pinturas que outrora decoravam a antiga capela, cujas imagens pintadas decoravam o interior do dormitório onde dormia- para ele uma benção. Mas também está casa, já desgostosa pelos descendentes, foi destruída. A madeira decorada, que inexplicavelmente resistia a mais de um século contra as intempéries, era agora aplainada! (Girelli, 2003, p. 151).

Na foto, podemos apreciar a Igreja Matriz com sua fachada demolida. Em 1938, o Pe. Ângelo Corso solicitou da cúria católica de Porto Alegre a edificação de uma Igreja Matriz que estivesse de acordo com o desenvolvimento socioeconômico do município de Guaporé. Projetada pelo arquiteto e engenheiro prático, Ticiano Bettanin, em estilo neogótico francês, as obras iniciaram com a demolição da antiga fachada, datada de 1917, seguindo-se com o início das obras de construção do novo frontispício e das duas torres que alcançaram aproximadamente 57 metros de altura. No entanto, logo em seguida houve uma paralisação nas obras causada pela falta de tijolos, retomando-se a construção apenas em 1939.

As obras foram atrasadas pela crise ocasionada pela Segunda Guerra Mundial⁹ e a campanha nacionalista promovida por Getúlio Vargas¹⁰. Com a proibição do “*talian*” e a possibilidade de prisão para quem não utilizasse o idioma oficial para comunicação, muitos guaporense, em sua maioria descendentes de italianos, passaram a não participar dos ritos e festas católicas do município, o que ocasionou uma queda na arrecadação da paróquia a ponto de atrasar as obras de construção da Igreja.

Seguindo a obra, somente em 1947 foram destruídas as paredes laterais, dando sequência a edificação da nova Igreja Matriz. A ordem dada pela Cúria de Porto Alegre foi a da construção apenas de uma nova fachada para a Igreja, devendo ser mantido todo o corpo da Igreja antiga. Contudo, após a visita do arcebispo Dom Vicente Scherer, ele recomendou que o restante do corpo da Igreja fosse reconstruído dentro do estilo da nova fachada, já que o atual apresentava desequilíbrio estético em relação ao todo. Assim, tomava forma a Igreja inaugurada em 1950, com a presença do Governador Walter Só Jobim e do Bispo Dom Alfredo Vicente Scherer. Tomava forma um dos principais cartões postais da cidade.

⁹A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi um conflito global que envolveu as principais potências mundiais, divididas entre os Aliados e o Eixo. Originada pelas reservas deixadas pela Primeira Guerra Mundial e pela expansão territorial de regimes totalitários, como o nazismo na Alemanha, a guerra derrotada em cerca de 70 milhões de mortes, o Holocausto e a consolidação dos Estados Unidos e da União Soviética como superpotências, redefinindo a geopolítica mundial no século XX.

¹⁰Getúlio Vargas (1882-1954) foi uma figura central da política brasileira no século XX, governando o país entre 1930 e 1945, e novamente como presidente eleito de 1951 a 1954. Líder da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha, Vargas promoveu profundas transformações sociais e econômicas, consolidando o trabalho e a industrialização no Brasil. Seu governo oscilou entre autoritarismo, como no Estado Novo (1937-1945), e tentativas de democratização, deixando um legado político marcado por foco e inovações institucionais.

É possível observar na imagem 19 a segunda igreja da cidade de Guaporé, a qual era localizada no centro da cidade, podemos observar também a praça central da cidade, a qual hoje é conhecida por Praça Vespasiano Corrêa. Olhando especificamente para a praça, notamos os traçados bem alinhados da mesma, os quais se juntavam ao centro dela, também é possível observar o famoso quiosque, onde as moças se entravam para conversar e tomar os seus chimarrões. Notamos que nesta época a eletricidade já estava presente na cidade de Guaporé, assim como em demais cidades vizinhas, como por exemplo; Lajeado, Passo Fundo e a Capital Porto Alegre.

O surgimento da energia elétrica no Rio Grande do Sul está diretamente ligado ao processo de modernização urbana e industrialização que se intensificou no final do século XIX e início do século XX. A instalação das primeiras redes elétricas no estado foi motivada pela necessidade de iluminação pública e pela demanda crescente das atividades econômicas, especialmente no setor industrial. Em Porto Alegre, a capital, a introdução da energia elétrica ocorreu em 1887, com a inauguração da Usina Hidrelétrica de Moinhos de Vento, que fornecia eletricidade para iluminar as ruas e contribuir com o transporte urbano, como os bondes elétricos.

O avanço da eletrificação foi estimulado pela abundância de recursos hídricos e pelo interesse de empresários locais e estrangeiros, marcando o início de uma transformação econômica e social que alterou significativamente a dinâmica das cidades gaúchas, promovendo maior integração com os processos de modernização do restante do país.

As construções ao redor do centro da cidade também contam a sua história, através delas é possível se notar o aumento da população e por assim o crescimento urbana e industrial da mesma. As construções desta época eram mistas, feitas de alvenaria e madeira, ou somente de madeira, como era o caso das casas mais simples, nos bairros. Porém é possível notar ainda a grande presença de mata e árvores que cercavam o entorno da cidade.

Na segunda fotografia, (imagem 20) é possível ver a evolução das construções das casas e estabelecimentos ao redor na praça central, o aumento da mesma, assim como o aumento da população guaporense.

Figura 19 – Igreja Matriz Santo Antônio de Guaporé, datada de 1920



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Figura 20 – Igreja Matriz Santo Antônio de Guaporé, datada de 1938



Fonte: Museu Municipal de Guaporé

3.10 MALTARIA GUAPORENSE LTDA

A Maltaria Guaporense teve seu nome mudado duas vezes, de início recebeu o nome de Giordani e Pandolfo, em homenagem aos seus fundadores. Porém 1940 após uma grave queda das vendas, em razão da germinação no cereal estocado, inutilizando assim a fabricação do malte, toda a cevada teve que ser destinada ao preparo de ração para animais, causando sérios prejuízos ao estabelecimento. Após a esse episódio, em 1945 a maltaria teve a entrada de novos sócios, a empresa passava a se chamar Maltaria Guaporense Ltda, produzindo um malte puríssimo- famoso Malte Cometa, que era fornecido para as cervejarias do país.

Com um volume comercial em 1945 de 20.000 sacos de cevada germinada ou malte propriamente dito, o renome do malte Cometa, marca consagrada do produto guaporense, alcançava elevado apreço nas praças do Rio de Janeiro e São Paulo. *“A engrenagem começou a rodar, os dentes se encaixaram, começou a fase de comercialização e o malte levou a marca “Cometa”, já dá Maltaria Guaporense Ltda”* (Girelli, 2003, p. 47).

O malte produzido em Guaporé chegou a ser considerado pelos técnicos como um dos melhores do sul do país, se não o melhor do Brasil, devido a qualidade da cevada colhida e dos meios de preparo do produto. (Giovani; Tedesco, p.75)

Tudo isso acontecia dentro de um prédio de alvenaria, o qual contava com uma torre principal de seis andares, contando com janelas e chaminé. Ao lado desta torre principal podia ainda se ver dois armazéns, onde era armazenado a cevada. O prédio da antiga Maltaria era de esquina, próximo ao antigo cemitério da cidade, o qual, mais tarde, viria a ser mudado de local, devido a chegada de novos moradores, os quais já não cabiam mais somente na área central da cidade.

O prédio da antiga Maltaria Guaporense Ltda viria a ser mais tarde uma boate e logo após uma lancheria, a qual permanece até hoje nas instalações do prédio. A sua estrutura permaneceu a mesa, porém internamente ele teve de ser reformado, para assim poder atender os comércios que por aí passaram.

Figura 21 – Maltaria Guaporense Ltda, datada de 1942



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

3.11 RUA 12 DE OUTUBRO

A rua 12 de Outubro era marcada, durante a década de 30 e 40, pelas casas de comércio e pelos hotéis, principalmente no trecho que vai desde o Clube União até o atual Banrisul.

No local onde hoje está o Clube União, localizava-se um outro prédio de alvenaria, Casa Mombelli, de Guido Mombelli, um estabelecimento comercial que mais tarde viria a abrigar as Lojas Bergamini. Ali, bem perto também funcionava a Casa Bergamini, em prédio de madeira com porão, que depois dera lugar a um prédio de alvenaria, onde também funcionou a “Typografia” de Bruno Campos e hoje funciona a Clinimed, juntamente da Farmácia Don Fernando.

Anos mais tarde, surgia o Cine Guaporé, -hoje deu-se espaço para lojas de comércio da cidade, com o famoso Bar do Bortolanza, ao lado, onde se comprava pipoca e se tomava um chopp antes das matinês de domingo à tarde.

Havia também o antigo Colégio Scalabrini, onde hoje está a Joalheria Sebben, e mais adiante, o Cine Éden, depois Imperial, da família Sebben e depois Camini, que representava o primeiro ponto de encontro da juventude daquela época.

Sucedia-se na mesma avenida, que até os anos 40 era de chão batido: a Casa Pandolfo e Calliari, na atual Pizzaria Tropicaliente; o Banco do Comercio, que mais tarde abrigou o Sulbrasileiro e o Meridional, na atual Câmara de Vereadores; a famosa Casa Pandolfo, da própria família, que vendia de tudo, desde fazendas até mantimentos da cozinha; e o frequentado Hotel da Capelona, em casa de madeira, onde hoje está a Viva Farma.

Também enfeitou de modernidade a avenida 12 de outubro, a nova fachada do Cine Imperial, com estilo *art-decô*, assim como os tantos estabelecimentos de alvenaria e depois dois pavimentos que surgiram com o avanço dos tempos, compondo a paisagem urbana desta importante rua.

Nos dois extremos da via, tanto nas proximidades do Borgo, como no acesso norte, a avenida ia se esvaindo, predominando as moradias particulares. Com exceção do prédio do Seminário São Carlos, que até hoje completa o final da rua 12 de outubro.

Na imagem 22 é possível notar o avanço no desenvolvimento da cidade, pois a sua área central já contava com prédios em alvenarias, porém a sua estrada continuava de chão batido, fazendo com que em dias chuvosos as ruas se transformassem em piscinas de barro.

O trabalho braçal era indisponível, e as ruas eram abertas na base da “picareta”. Assim trabalharam durante anos até que a natureza fosse finalmente rendida e a cidade se abrisse em largas avenidas. Após a retirada dos pedregulhos, a terra era removida com a “galhota”, construindo-se os muros de arrimo e procedia-se, conforme a colocação do calçamento (Girelli, 2003, p. 64).

Na imagem 22 é possível notar o Seminário São Carlos no alto, ao fundo o quiosque da praça central, e ao redor do mesmo as edificações que iam se ampliando, sendo elas residenciais e/ou de comércio.

Na imagem 23 é possível observar ao fundo o antigo Colégio Scalabrini, depois o Cine Édén e o Banco do Comércio, todos em prédio de alvenaria.

A imagem 24 e 25 nos traz o Cine Édén. No local hoje se situa a loja Camini, cujo prédio fora reformulado na década de 50, ganhando um estilo art- decô, francês, típico e característico das grandes casas de cinema do estado e do país.

O antigo prédio do Cine, representante autêntico da tipologia de casas de cinema do interior, já não existe mais. Possuía um frontão de arco, taças na platibanda e uma delicada luminária, no topo do arco, sendo sustentada por uma estatueta. Em estilo eclético, o referido prédio era, além de referencial urbano, o ponto de encontro da juventude nos anos 30 e 40.

Na imagem 26 é possível notar o avanço no desenvolvimento da cidade, pois a praça principal da mesma já estava bem diferente, contando com calçamento, prédios em alvenaria e eletricidade na parte central da praça. A imagem ainda nos traz três edificações que formavam a parte oeste da praça. 1 O antigo Cine Édén, mais tarde vira a ser conhecido como Cine Imperial. 2 O antigo Banco do Comércio e 3 a casa dos Irmãos Pandolfo.

Figura 22 – Rua 12 de Outubro, a 100 metros da praça central, datada de 1938



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Figura 23 – Rua 12 de Outubro ao começo da mesma, datada de 1939



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Figura 24 – Esquina oeste da praça, datada de 1940



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Figura 25 – Cine Édén- datada de 1942



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Figura 26 – Interior do Cine Édén, datada de 1945



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Figura 27 – Praça Vespasiano Correa de Guaporé, datada de 1945



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

3.12 SITIO HISTÓRICO DE GUAPORÉ

O sitio histórico de Guaporé corresponde, em suma, aos arredores da praça Vespasiano Corrêa, estendendo-se também através das avenidas: Alberto Pasqualini, mais ao sul, e Monsenhor Scalabrini, mais ao norte, ou seja, o antigo trajeto da estrada Borges de Medeiros, que cortava longitudinalmente a cidade.

O patrimônio histórico-cultural contido no Sitio Histórico de Guaporé pode ser dividido em três segmentos:

- 1) Traçado xadrez;
- 2) Os Prédios Institucionais, Comerciais e Residenciais;
- 3) A Praça Vespasiano Corrêa.

O Traçado xadrez transformou-se em marca registrada e patrimônio cultural da cidade, não só pela linearidade estabelecida pelas primeiras plantas, mas pelo seguimento que manteve, e despeito da topografia irregular do terreno. Vale lembrar que neste aspecto a cidade teve a colaboração do Intendente Manoel Francisco Guerreiro.

Compondo este cenário estão os prédios institucionais, comerciais e residenciais e a Igreja Matriz. Na parte norte, como elemento marcante na imagem da cidade, muito bem emoldurada o arremate visual da perspectiva através do largo da bandeira, localizado na praça. Na parte sul, o Paço Municipal confere legibilidade ao sítio, como ponto de referência institucional. Nos lados leste e oeste, as Casas de Comércio encimadas pelas residências, características do estilo eclético residencial urbano, dos anos 30.

A localização do patrimônio arquitetônico histórico e cultural, estende-se justamente ao longo do itinerário percorrido pela antiga estrada que cortava a cidade, pelas avenidas Alberto Pasqualini e Monsenhor Scalabrini, com algumas poucas exceções. Já a formação deste patrimônio arquitetônico remete principalmente aos anos 30 e 40, quando da gradativa substituição das casas de madeira por prédios de alvenaria. Por isso, há predominância do estilo eclético, com algumas referências ao colonial, germânico, neoclássico, art déco e protomodernismo.

A Praça Vespasiano Corrêa localizada na área mais plana e central da cidade foi o primeiro a ser loteado, quando construção da cidade. A mesma, mede a exemplo dos demais quarteirões da cidade planejada, 1 hectare, disposto de 100X100 metros de área ajardinada, com 5 metros de passeio público em seu contorno. Desde o tempo medieval, a praça faz parte das cidades pelo mundo afora, com destaque as civilizações Grega e Romana, que mantinham em

seus espaços abertos e públicos, grandes pontos de convergência das populações vizinhas nas práticas particulares.

A praça central, consistia em alagadiça várzea, repleta de banhados, nascentes, córregos e pequenos lagos. Com a abertura das primeiras ruas, por volta de 1890, o quarteirão da praça foi descampado, ligeiramente drenado através de valos escavados manualmente e em seguida, levemente aterrado, cobrindo-se as veias de água e compactando-se o solo com o passar do tempo, quando a praça se chamava simplesmente de “*campinho*”.

Com um papel de embelezamento paisagístico e funcionando como local de encontro e convívio com a natureza, a praça central de Guaporé foi também o palco dos eventos políticos, sociais, econômicos e religiosos da história da cidade.

Comparando as fotografias 28 e 29, é possível observar o grande avanço que a cidade de Guaporé deu entre os anos. Na fotografia 28, temos uma praça central totalmente de chão batido, a qual, quando em dia chuvoso impossibilitava a passagem das pessoas, pois a estrada ficava toda em enlameada, temos também o começo das construções de casas e comércio. Entretanto, já é possível observar o traçado xadrez, o qual mais tarde viraria marca registrada da cidade.

A fotografia 29 nos traz uma Guaporé totalmente renovada, com edificações e o cercado da praça central em alvenaria, o calçamento em torno da mesma começando a aparecer, nas ruas da cidade já se tem a presença de veículos, ainda que a mesma fosse de chão batido.

Figura 28 – Praça Vespasiano Corrêa, datada de 1910



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

Figura 29 – Praça Vespasiano Corrêa, datada de 1940



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

3.13 O QUIOSQUE DA PRAÇA

Em 1928 foi terminado o assentamento de encanamento de água dos cordões que limitam lateralmente os passeios internos. O serviço de ajardinamento é que só foi começado em fins de setembro, devido a falta de um jardineiro na cidade. Já está quase terminada a construção de um quiosque de madeira mandado construir por Srs. Mario Frotta e Aristides Bernardi, mediante concessão que obtiveram desta municipalidade para nele explorarem o comercio de vendas de bebidas, sorvetes, cigarros, etc, pelo prazo de dez anos. (Giovani; Tedesco, p. 92)

“Com o café em frente era um burburinho de homens, as mulheres tinham no quiosque o seu ambiente natural e dava gosto de vê-las ocupando as mesas externas, enfeitando a praça” (Girelli, 2003, p. 145).

Na fotografia 30 apensar da má qualidade- muito escura, é possível contemplar homens e mulheres no quiosque da praça central. Sua estrutura era em alvenaria e madeira, contando com uma única entrada principal, o mesmo era totalmente aberto, sem paredes e/ou vidros para que as pessoas pudessem se proteger da chuva em dias chuvosos.

Figura 30 – Quiosque da Praça Central, datada de 1910



Fonte: Museu Municipal de Guaporé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho de conclusão de curso, pretendeu-se analisar a fotografia enquanto patrimônio cultural e fonte histórica. Para tanto, foi abordada a importância dessa forma de registro da história para a preservação da memória coletiva de um povo. De forma abrangente, a fotografia não se limita a representar um simples registro visual, mas como uma poderosa ferramenta para a construção, preservação e disseminação da memória social e cultural, uma vez que é o elo de intersecção entre o passado, o presente e o futuro.

De acordo com Monego e Guarnieri (2012), a memória é essencial para a compreensão da identidade e da história. Nesse âmbito, a fotografia se torna um dos mais significativos agentes na reconstituição e preservação dessa memória, uma vez que funciona como um repositório de momentos, lugares e feitos históricos que se perderiam no tempo caso não estivessem registrados.

Quando analisada sob a perspectiva da sua contribuição para a memória coletiva, a fotografia revela-se como um fragmento imagético de um passado não passível de mudança, mas que se sujeita, ao mesmo tempo, a novas interpretações que se ressignificam através de outros acontecimentos e da subjetividade das interpretações a que venham ser expostas. Nunes (2014) e Felipe e Pinho (2019) afirmam que a imagem fotográfica carrega uma infinidade de significados e valores que são constantemente atualizados pelos novos acontecimentos e pela coletividade.

A capacidade de reinterpretação da fotografia, por meio do documento histórico e das experiências compartilhadas, permite uma abordagem que amplia o entendimento da história. Isso ocorre porque os fatos resgatados incluem as vivências e as ações dos indivíduos e grupos sociais representados. Assim, os fundadores da cidade de Guaporé continuam sendo lembrados por seus feitos, registrados nas fotografias das primeiras construções da cidade, como o Colégio Scalabrini (1917) e o Hospital Municipal Manoel Francisco Guerreiro (1941), que são prédios associados ao início da cidade e preservados nas fotografias expostas no Museu Municipal até hoje.

A partir da perspectiva de valor, a fotografia, além de ser um documento visual do passado, também possui um simbolismo cultural e ideológico. Batista (2017) postula que a fotografia é uma prática social que envolve a construção de um sentido específico dentro de um contexto histórico e cultural. Não deve ser vista, portanto, como apenas a representação fiel da realidade, mas como uma construção que está permeada por uma série de questões socioculturais, segundo o autor. Nesse sentido, as imagens fotográficas devem ser entendidas

como arquivos vivos, que mantêm em sua essência a carga de significados e valores atribuídos às pessoas e à sociedade que as produziu.

No aspecto que tange à importância da fotografia como patrimônio cultural, é possível observá-la como um meio essencial para registrar e preservar o patrimônio material e imaterial de uma sociedade. A reflexão de Costa, Johansen e Monastirski (2018) aponta a fotografia como uma unidade de registro que não apenas documenta, mas exprime os valores e as narrativas que são compartilhados dentro de uma comunidade. Além disso, a fotografia se insere como uma das formas mais democráticas e acessíveis de preservação, permitindo que diferentes grupos sociais participem da construção de seu patrimônio cultural.

A importância da fotografia enquanto patrimônio cultural se intensifica quando a sua função documental se associa à sua capacidade de dar visibilidade a espaços e pessoas que, muitas vezes, são marginalizados ou invisibilizados pela história oficial. Silva (2022) reflete sobre o papel das fotografias enquanto representação de espaços de pertencimento e identidade, especialmente nos contextos urbanos, nos quais as cidades muitas vezes excluem ou restringem certas narrativas. Assim, a fotografia torna-se uma ferramenta de resistência e preservação, ao permitir que histórias não contadas ganhem forma e espaço, e possam ser acessadas por futuras gerações para a continuidade da história.

A relação entre a fotografia e o patrimônio cultural também é abordada por Rovani e Marques (2014), que consideram a fotografia como uma arte de registrar momentos históricos e sensíveis. Nesse sentido, não somente são documentados eventos, mas também são transmitidas subjetividades, o que conecta os indivíduos ao seu passado de forma afetiva e profunda. O estudo de imagens fotográficas pode servir como uma forma de investigar e compreender o contexto cultural e histórico, ampliando a interpretação dos fatos ilustrados (Oliveira; Manini, 2017).

Além de seu valor como patrimônio cultural, a fotografia também exerce uma função crítica e reflexiva sobre o próprio papel da história e da memória. A reflexão de Costa, Johansen e Monastirsky (2018) sobre os riscos de tratar as fotografias como retratos históricos infalíveis propõe um alerta para a necessidade de um olhar mais atento e contextualizado sobre as imagens.

Manini, Oliveira e Gomes (2022) reforçam o agente de memória coletiva representado pelas fotografias, que pode unir gerações e estabelecer ligações diretas entre o passado e o presente. Ao documentarem-se grupos sociais, paisagens e eventos históricos, ela contribui para a formação de uma memória coletiva que organiza e dá sentido à história de uma sociedade. Isso é relevante em se tratando do papel das fotografias na preservação da memória de cidades

e comunidades como a de Guaporé, como apontam Schvambach, Michelon e Bonilha (2009) e Alencar e Araújo (2021), que destacam a fotografia como um meio fundamental de registrar transformações urbanas e sociais ao longo do tempo.

A análise de fotografias, quando associada a um contexto histórico específico, revela-se uma forma de compreender acontecimentos, mentalidades, relações sociais e significados atribuídos a objetos, pessoas e lugares. Nesse sentido, a fotografia não apenas ilustra momentos específicos, mas serve como ponto de acesso a múltiplos significados e interpretações, como ressaltado por Araújo e Mahfoud (2002), quando afirmam que a fotografia é um recurso valioso para a análise de elementos culturais e sociais de uma época.

Por fim, como defendido durante a construção do presente trabalho de conclusão de curso, o estudo da fotografia como patrimônio cultural e fonte histórica não só contribui para a preservação da memória de uma sociedade, mas também reflete sobre as formas de reinterpretação e ressignificação da história. As considerações de Moura e Araújo (2017) destacam a importância de estratégias preventivas para garantir que a memória seja preservada e acessível para futuras gerações. Nesse contexto, a fotografia pode ser compreendida não apenas como um reflexo do passado, mas como um componente ativo na construção do entendimento social sobre o mundo e as experiências que definem a sociedade como tal.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivos analisar o desenvolvimento da cidade de Guaporé entre os anos de 1910 até 1945, através dos documentos fotográficos, os quais estão musealizados pelo Museu Municipal de Guaporé, entender como as fotografias podem ser usadas como documento histórico e observar as mudanças e permanências nas estruturas rurais de Guaporé presentes nas fotografias.

Os resultados da pesquisa apontam a importância das fotografias e a sua função a favor da preservação histórico cultural das cidades. Por ser multifacetada, a cultura (Silva; Orlando, 2019) se reorganiza conforme a subjetividade das gerações e, por isso, os registros fotográficos têm o potencial de recontar a história através das épocas. No entanto, há lacunas significativas no avanço acadêmico-científico que permeia o estudo da fotografia como fonte histórica e, por isso, é necessário haver maior desdobramento de estudos na esfera da fotografia como registo histórico e patrimonial, a fim de que as histórias registradas pelos equipamentos fotográficos não deixem de ser ferramentas representativas da construção social, histórica e cultural dos povos.

FONTES

Acervo Fotográfico do Museu Município de Guaporé; visitado em 10 de setembro 2022/
visitado em 27 de novembro de 2022/ visitado em 18 de setembro de 2024.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Larissa Barbosa; ARAÚJO, Gustavo Cunha. A fotografia como fonte de pesquisa para história e memória de um município tocantinense. **Uningá Review**, [s. l.], v. 36, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uningareviews/article/view/4110/2671>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ARAÚJO, Renata Amaral; MAHFOUD, Miguel. Memória coletiva e imagem fotográfica: elaboração da experiência de uma tradicional comunidade rural. **Memorandum**, [s. l.], n. 2, p. 68-102, 2002.

BALBINOT, Giovani; TEDESCO João Carlos. **A Colônia Guaporé: configuração territorial, política e econômica (1892-1940)**. Porto Alegre: EST Edições, 2020.

BARROS, Ana Taís Martins Porta Nova. Imagens do passado e do futuro: o papel da fotografia entre memória e projeção. **Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 149-164, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/122953/127920>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BATISTA JÚNIOR, Natalício. **Fotografia e memória: contra a ação do tempo, a foto fortalece a tradição das técnicas de memorização**. 2023. Disponível em: <https://www.belasartes.br/wp-content/uploads/2023/05/revista-ba-foto-memoria.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2024.

BATISTA, Martha Raquel de Souza. **O patrimônio cultural através da fotografia e a fotografia como patrimônio cultural: interfaces entre fotografia e patrimônio**. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

BUENO, José L. P.; OLIVEIRA, Mônica do Carmo A.; SILVA, Gabriel D. E. **A dimensão histórica da fotografia na memória de Ji-Paraná – RO**. 2014. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/2encontrointernacional/anais/trabalhos_completos/138-27825-09112014-193113.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; FILIPPI, Marta Patricia Corsi de; LIMA, Solange Ferraz de. **Como tratar coleções de fotografias**. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2022.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: andiamo in'Merica**. São Paulo: Edusp, 2003.

COSTA, Alvaro Daniel; JOHANSEN, Elisabeth; MONASTIRSKI, Leonel Brizolla. A fotografia enquanto registro de um patrimônio cultural: devoção e identificação. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, [s. l.], v. 16, n. 36, p. 50-65, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6317/631766334004/html/>. Acesso em: 06 abr. 2024.

COSTA, Alvaro Daniel; JOHANSEN, Elisabeth; MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. A fotografia enquanto registro de um patrimônio cultural: devoção e identificação – Casa do Divino. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, [s. l.], v. 16, n. 36, p. 50-65, 2018.

CUNHA, Jorge Luiz da. A colônia de São Leopoldo: a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Revista Acadêmica Licencia&acturas**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 37-43, 2017.

DAL MAS, Gilberto Luis. **Caminhos de Guaporé: dos primeiros habitantes ao primeiro centenário**. Guaporé: Fabiano Laércio Mazzotti, 2022.

FEITOSA, Vladimir Alencastro. **Fotografia e memória: a festa do divino espírito santo em crixás-Goiás**. 2021. 150f. Dissertação (Mestre em Comunicação Estratégica) – Universidade Beira Interior, Goiás, 2021.

FELIPE, Carla Beatriz Marques; PINHO, Fabio Assis. Fotografia como dispositivo da memória institucional. **Logeion: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 89-101, 2019.

FERREIRA, Susana Patrícia da Silva. **A fotografia como lugar de memória**. 2021. 69 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade do Minho, Lisboa, 2021.

FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2006.

GIRELLI, Giovanni. **A transformação de Guaporé: Evolução Urbana e Memórias**. Livro oficial do centenário de Guaporé, Rio Grande do Sul, Brasil. Guaporé: Evangraf, 2003

HOFFMANN, Maria Luisa. **Fragmentos da história: O uso da fotografia para a recuperação e a preservação da memória de Londrina**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

JAMES, William. As emoções. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, [s. l.], v. 11, p. 669-674, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MALVERDES, André; LÓPEZ, André Porto Aancora. Patrimônio fotográfico e os espaços de memória no Espírito Santo. **PontodeAcesso**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 59-80, 2016.

MANINI, Miriam Paula; OLIVEIRA, Eliane Braga de; GOMES, Ana Lucia de Abreu. **Imagem, Informação e Memória: abordagens acerca da preservação do audiovisual, do cinema e da fotografia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

MASKE, Wilson. Brasil e Alemanha: Imigração e Imperialismo (1871-1918). **Revista História: Debates e Tendências**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 182-192, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/hdtv.14n.1.4174>. Acesso em: 7 set. 2024.

MENDES, Cassiano Cordeiro. A memória e o processo de criação em fotografia. **Revista Nexi**, [s. l.], v. 5, p. 42-50, 2019.

MESSINA, Marcello. Narrativas pós-italianas: a re-imaginação da unidade nacional nas canções do sul da Itália. Muiraquitã: **Revista de Letras e Humanidades**, [s. l.], v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/735/384>. Acesso em: 4 set. 2024.

MONEGO, Sonia; GUARNIERI, Vanderleia. A fotografia como recurso de memória. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 25, n. 36, p. 71-87, 2012.

MOURA, Rafaela Karoline Galdêncio de; ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. Preservação da memória através da fotografia e sua disseminação para a comunidade universitária no âmbito da AGEKOM/UFRN. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 1-20, 2017.

NERY, Olivia Silva *et al.* Caixas de memórias: a relação entre objetos, fotografias, memória e identidade ilustradas em cenas da ficção. *Ciências Sociais UNISINOS*, São Leopoldo, v. 51, n. 1, 2015.

NEUMANN, Rosane Marcia. Imigração e identidade étnica: a construção do “ser alemão” no Sul do Brasil. **História: Debates e Tendências**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 94-107, 2014.

OLIVEIRA, Rita Barreto de Sales Oliveira; MANINI, Miriam Paula. A Fotografia como Memória na Vida dos Candangos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], ano 2, v. 13, p. 349-367, 2017.

PEREIRA JUNIOR, Magno Vasconcelos. Patrimônio cultural e a institucionalização da memória coletiva no Brasil. **Biblio3W**, Barcelona, v. 23, n. 1.239, p. 1-13, 2018.

PEREIRA, Bruna Silva Pinto; BONFIM, Lucilia M. Goulart de Andrade. **A importância da preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural da cidade de palmas de Monte Alto – BA**. 2022. 16 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UNINTER, 2022.

PESSETTI, Mateu; BITENCOURT, Luciane Rodrigues de. **A presença da imigração italiana nas paisagens e cenários produtivos rurais no município de Guaporé/RS**. *Geopauta*, [s. l.], v. 2, n.02, p. 66-81, 2018.

ROVANI, Maria Sueli Tomazele; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Fotografia, história e memória: contribuição para análise da história a partir do cotidiano. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, [s. l.], v. 1, p. 1-15, 2014.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul: uma abordagem na perspectiva da História Comparada. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s. l.], v. 5, n. 10, 2013.

SCHVAMBACH, Janaina; MICHELON, Francisca Ferreira; BONILHA, Caroline Leal. Fotografia como monumento portátil: cuidados no uso da imagem fotográfica como meio de conservação memorial. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS “ENTRE TERRITÓRIOS”*, 19., 2010. **Anais...** Cachoeira, Bahia: ANPAP, 2010.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 25, p. 3-55, 1988.

SILVA, Alexandra Lima da; ORLANDO, Evelyn de Almeida. Memória e patrimônio na história da educação: possibilidades e desafios. **Cadernos de História da Educação**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 425-444, 2019.

SILVA, Cristina Maria da. As Fiandeiras da Memória: A cidade de Fortaleza arquivada em fotografias e oralidades. **Manuscrita**, [s. l.], n. 47, p. 155-166, 2022.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. **Historiæ**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 113-120, 2011.

SOUZA, Ana Carolina Machado de *et al.* **História e patrimônio cultural**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

STADLER, Cleusi Teresinha Bobato. Fotografia e memória local. **Revista Ars Historica**, [s. l.], n. 6, p. 15-30, 2013.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.